

PEQUENA BIBLIOTECA DE ENSAIOS

FELIPE JOSÉ LINDOSO

Entre livros

Entre livros

2021 ©Zazie Edições
2021 ©Felipe José Lindoso

COLEÇÃO
PEQUENA BIBLIOTECA DE ENSAIOS
COORDENAÇÃO EDITORIAL
Laura Erber e Karl Erik Schøllhammer
EDITORA
Laura Erber
PREPARAÇÃO
Angela Vianna
REVISÃO DE TEXTO
Cecilia Andreo
PROJETO GRÁFICO
Maria Cristaldi
DIAGRAMAÇÃO
Anderson Junqueira

Bibliotek.dk
Dansk bogfortegnelse-Dinamarca
978-87-93530-96-6

Zazie Edições
Copenhague / Rio de Janeiro
www.zazie.com.br

PEQUENA BIBLIOTECA DE ENSAIOS

FELIPE JOSÉ LINDOSO

Entre livros

ZAZIE EDIÇÕES

Para Maria José, sempre

*Para José Gabriel (e Sabrina)
e Galiana (e Alexandre)*

*Para Laura, Ana, Teo, Gael
Memória do avô*

*Lutar com palavras é
a luta mais vã*

— CARLOS DRUMMOND
DE ANDRADE

Com mais de trinta anos de vivência no mercado editorial, busco mais aprender a fazer as perguntas certas do que qualquer outra coisa. Fazer as perguntas certas para as várias personas sociais e procurar verificar se os paradigmas (no conceito de Thomas Kuhn) se sustentam ou não. Até porque, ao contrário das ciências físicas, a sociedade muda ao mesmo tempo que são feitas as perguntas e se elaboram os discursos, mais que o teorema da incerteza de Heisenberg. Nessa situação de mudanças e incertezas, sobra pouco espaço para afirmações taxativas, e é necessário muito empenho para começar a vislumbrar o que se deseja compreender.

Antes dos livros

O envolvimento com o mercado editorial começou quando Maria José Silveira, com quem sou casado,

resolveu tentar pôr em prática o sonho de ter uma editora. Como sempre, a motivação era publicar os livros que faziam falta no mercado editorial e que considerávamos valiosos. Corria o final de 1979.

Até então meus interesses se focavam em outras vertentes. A primeira era política: fazer a revolução necessária para que o país tivesse mais justiça e sobretudo igualdade social. A segunda era acadêmica: meu interesse pela antropologia vinha de tempos, um desejo de conhecer faces do mundo interior, subjetivo, suas contingências históricas e estruturas sociais. Finalmente, por várias circunstâncias, ganhei a vida durante anos trabalhando como jornalista.

As origens do interesse pela antropologia são difusas. Pode haver começado pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), fundado pelo dr. Djalma Batista, amigo do meu pai, que promovia palestras muito interessantes sobre a região, não apenas sobre os aspectos físicos, geográficos e climáticos, como também a respeito do papel e da presença do homem naquele espaço. Foi lá que ouvi pela primeira vez Eduardo Galvão. Mais tarde, a leitura de *Macunaíma*, em que Mário de Andrade faz muitas referências a mitos recolhidos pelo etnólogo alemão Theodor Koch-Grünberg, assim como a compilação feita pelo Manuel Nunes Pereira, em *Moronguêta: um Decameron indígena*, no qual, além dos mitos do rio Negro, o autor inclui os de áreas como o Baixo Amazonas e o Madeira.

Mário de Andrade, em *Macunaíma*, faz o herói deixar sua consciência na ilha de Marapatá, bem

em frente a Manaus, a caminho da foz do rio Negro e do encontro das águas com o Amazonas, e muito depois, quando o herói volta para recolhê-la, “Jacaré achou? Nem ele. Então o herói pegou na consciência de um hispano-americano, botou na cabeça e se deu bem da mesma forma”. Mário recolheu a lenda no Koch-Grünberg, pintou e bordou com ela e com outras. A ilha é deserta e desabitada, e nenhum manauara se atreve a descer ali. Sabe-se lá que assombração ou consciência desgarrada vai encontrar...

Outro livro importante na vocação para a antropologia foi o de Charles Wagley e seu fascinante *Amazon Town: A Study of Man in the Tropics*, publicado em português na Coleção Brasileira da Editora Nacional e depois pela Itatiaia.¹ Galvão trabalhou como assistente da pesquisa.

Wagley veio ao Brasil no contexto da chamada Guerra da Borracha, o esforço financiado pelos Estados Unidos para aumentar a produção da goma depois que as plantações malaias caíram na mão dos japoneses. Esse programa financiou e organizou o Serviço Especial de Saúde Pública, muito importante no saneamento da Amazônia e, no futuro, uma das fontes de inspiração do dr. Djalma Batista para a criação do Inpa. Assim que...

¹ Charles Wagley. *Amazon Town: A Study of Man in the Tropics*. Nova York: Macmillan, 1953. [Ed. bras.: *Uma comunidade amazônica*. Tradução de Clotilde da Silva Costa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977; reed. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1988.]

Em 1967 passei no vestibular da UnB pensando em estudar antropologia. Em 1969, um ano e meio depois de ingressar na faculdade, fui expulso (“jubilado”) na primeira aplicação do famigerado decreto nº 477, que permitia aos reitores expulsar alunos por agitação política. A antropologia ficou em suspenso. Junto comigo, outros oito alunos da UnB foram expulsos na estreia do decreto.

De fato, naquela época eu já era membro da Ala Vermelha do PC do B. Ainda em Manaus havia sido recrutado para o PCB, mas a bizantina discussão das teses para o VI Congresso do Partidão me esgotaram, e um amigo me apresentou os primeiros documentos da Ala, uma dissidência do PC do B que defendia maior ênfase no “trabalho de massas”, em contraposição ao que propunha o Comitê Central do PC do B.

Em 1968 também comecei a trabalhar na sucursal de Brasília do *Estadão* e, contratado pelo Evandro Carlos de Andrade, cobria como “setorista” os ministérios militares e o Itamaraty. Acompanhei algumas repercussões do caso Para-Sar, conhecido também como Atentado ao Gasômetro, arquitetado pelo brigadeiro João Paulo Burnier para incriminar e desmoralizar a resistência. Testemunhei a perseguição que os milicos faziam a jornalistas, especialmente ao D’Alembert Jaccoud, repórter e articulista do *Jornal do Brasil*, contra quem eles desenvolveram verdadeiro ódio. De manhã ia para a universidade (e de lá para as passeatas estudantis), à tarde cobria meu “setor”

e à noite ia namorar (quando não tinha reunião ou encontro da Ala Vermelha).

Pouco depois de entrar na UnB conheci Maria José Silveira, na época também jornalista no *Jornal do Brasil* e que cobria igualmente os ministérios militares. Fomos ficando nas festas, depois das festas, e ficamos até hoje.

Após a expulsão fui para São Paulo, militar em tempo integral. Em janeiro de 1971 fui preso pela Operação Bandeirantes. Depois da regular ronda de torturas e interrogatórios, acabei julgado e condenado pela Lei de Segurança Nacional a quatro anos de prisão.

Nesse período Maria José ficou clandestina, militando na periferia de São Bernardo, e felizmente não foi presa.

Consegui liberdade condicional no final de 1972, e em janeiro de 1973 nos exilamos no Peru. Maria José já era graduada em Comunicação Social, e eu obtive meu “histórico escolar”, que registrava o ingresso na UnB. Sabia que havia um convênio cultural entre o Brasil e o Peru, e não custava tentar entrar na Universidad Nacional Mayor de San Marcos (UNMSM), a mais antiga das Américas.

Para cursar antropologia.

Por incrível que pareça, Maria José e eu conseguimos. O acordo estava em vigor, só se exigia que fôssemos ou tivéssemos sido alunos de uma universidade brasileira.

Participamos de pesquisas, inclusive uma extensa, em Puquio (Andahuaylas), nas comunidades que

havam sido estudadas décadas atrás por José María Arguedas. A pesquisa resultou em um livro, em conjunto com nosso professor, Rodrigo Montoya, *Producción parcelária y universo ideológico: el caso de Puquio*, publicado pela editora Mosca Azul; e também um documentário da Fiesta del Agua, antigo ritual religioso e social em torno da irrigação.² O documentário ficou inacabado no Peru, e depois o finalizei (com ajuda do Cosme Alves Neto, da Cinemateca do MAM, usando uma moviola que havia montado vários dos filmes do Cinema Novo) com recursos de uma pequena subvenção do Ministério da Ciência e Tecnologia, através do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS-UFRJ; voltarei a isso adiante).

Em Lima conhecemos e convivemos com Darcy Ribeiro, tanto antes da sua operação de retirada de um pulmão como depois, quando foi obrigado a sair novamente do Brasil e voltou para Lima. Nessa segunda etapa Darcy já havia se separado da Berta Ribeiro, andava muito solitário e deprimido, e fomos várias vezes à sua casa, jogando conversa fora até altas horas e indo à praia aos domingos.

Em 1973 nasceu nosso primeiro filho. Os passaportes venceram em 1975 e não foram renovados pela embaixada brasileira em Lima. Eu estava na lista en-

² O documentário está disponível no YouTube, precisando de restauro: <https://youtu.be/Bcyp_W1Nbmo>.

viada pelo Itamaraty a todos os postos, com nomes de brasileiros que não podiam receber passaportes.

Em 1976 nos graduamos em antropologia social pela UNMSM. Considerávamos aquele momento um divisor de águas. Ou conseguíamos voltar para o Brasil ou acabaríamos nos tornando peruanos, estabelecendo vida profissional por lá. Não queríamos isso. Tínhamos contatos e convivência com vários dos outros exilados, mas nosso objetivo no Peru era conhecer a realidade peruana – e latino-americana – e ter bagagem para voltar, e não ficarmos envolvidos na política dos exilados brasileiros no exterior. Com a “abertura lenta e gradual” do Geisel, foi possível conseguir um documento de viagem válido exclusivamente para regressar ao Brasil.

Voltamos e desembarcamos sem problemas no Galeão, mas dias depois, em Brasília, fui preso novamente pelo Dops local, que usou o próprio mandado de prisão assinado por mim (era o mandado da condenação). No dia seguinte me embarcaram para São Paulo, escoltado, e o juiz ordenou que me soltassem.

Afinal, segundo esse tenente reformado como capitão, não houve ditadura...

Nós nos mudamos para o Rio de Janeiro. Continuando com o sonho da antropologia, consegui me matricular como aluno de mestrado no PPGAS do Museu Nacional, o melhor programa de pós-graduação da área. Maria José se matriculou no mestrado de Ciências Políticas da USP (ia do Rio para São Paulo todas as semanas, de ônibus ou trem).

Apresentei a dissertação de mestrado em 1979, aprovada. Voltava a tratar de mercados camponeses e percepção ideológica, a partir de pesquisa em Magé, na periferia do Rio.

Também havíamos retomado a militância.

Já em 1980 abriu-se um concurso na UFRJ para professor auxiliar de Antropologia Social na Faculdade de Filosofia. Quando verifiquei a lista dos inscritos, vi que entre os candidatos havia uma prestigiada socióloga que voltava do exílio, doutora e com vários livros publicados.

O concurso era para o ingresso na carreira. Só que, pouco antes, o coronel Rubem Ludwig, ministro da Educação, assumira, entre outros, o objetivo de solucionar a questão dos professores “bagrinhos”, com contratos precários. Ele resolveu o assunto de modo expedito: efetivou todos eles. E estabeleceu que, qualquer que fosse o concurso, o aprovado seria reclassificado segundo sua titulação. Um doutor, além de ter vantagem na contagem de títulos, era imediatamente reclassificado como adjunto.

Era óbvio que aquela vaga já tinha dona (merecida, aliás), mas esse tipo de coisa efetivamente castrava o ingresso na carreira. Não sei se continua assim, mas, na prática, isso significava que era preciso fazer toda a “carreira” acadêmica, até pelo menos o doutorado, antes de ter uma chance de ingressar em uma universidade federal. Até porque, ao contrário do que aconteceu depois, essas vagas eram bem poucas, quando muito uma por estado. Eu já dava algumas

aulas em faculdades particulares. Em cursos de graduação em arqueologia e museologia (os dois juntos, multiplicando o absurdo que é uma graduação em arqueologia) e em pedagogia (sociologia da educação). Ou seja, a alternativa era ficar de bagrinho nas faculdades particulares.

Eu já havia sido aceito para o doutorado no Museu Nacional, mas não havia começado os cursos.

O mestrado no PPGAS foi uma etapa crucial no meu desenvolvimento político e intelectual. Já tínhamos experiência de pesquisa e em sociedades camponesas. Dessa maneira, foi natural e rápida nossa integração ao grupo de pesquisa de sociedades camponesas liderado pelo Moacir Palmeira e, em uma fase anterior, pelo Octávio Velho, que continuava com linhas de pesquisa afins também no Museu Nacional.

O ambiente acadêmico no PPGAS era muito extenso e heterogêneo. Havia o grupo de pesquisas de sociedades indígenas, com o Roberto DaMatta, de grande influência, e que tinha, entre outros, João Pacheco de Oliveira e Eduardo Viveiros de Castro. A área de antropologia urbana, liderada pelo Gilberto Velho, com Yvonne Maggie. E lá estavam também linguistas, musicólogos. Enfim, todas as gamas de abrangência da disciplina, prima-irmã da sociologia, da história e da linguística.

Era uma equipe de excelentes professores e pesquisadores.

Em nossa área de escolha, além do Moacir, estavam Lygia Sigaud, Afrânio Garcia, José Sérgio Leite

Lopes, Marie-France Garcia, Rosilene Alvim e Beatriz Heredia, os três primeiros já professores da instituição, os demais, doutores do PPGAS. Cabe destacar a presença do professor Luiz de Castro Faria, veteraníssimo antropólogo, dono de uma erudição fantástica (sem vanglórias, diga-se), com o qual fiz alguns cursos memoráveis, sobre biografias e autobiografias, pesquisas sobre história da formação da família no Brasil.

Fizemos aqui, outra vez com a Maria José, a pesquisa de campo em Magé, em uma região que supenho hoje estar controlada pelas milícias. Era uma antiga área de meeiros da Companhia América Fabril, não muito longe da vila de Pau Grande (onde nasceu Garrincha), perto do rio Piabetá. Sucede que essas áreas acabaram invadidas por posseiros, em parte estimulados pelo famoso Tenório Cavalcanti, político de Duque de Caxias conhecido por seus traços populistas e pela truculência. Depois do golpe de 64 e com a edição do Estatuto da Terra pelo Castello Branco, esses terrenos foram objeto da primeira desapropriação por interesse da reforma agrária. Há vários estudos sobre as características do Estatuto da Terra, suas contradições e seus usos, mas não é o caso de tratá-los aqui. Desapropriados, os lotes ainda não tinham titularidade legalizada em nome dos antigos posseiros, mas já havia uma intensa produção de olericulturas (hortaliças), como parte do “cinturão verde” do Rio de Janeiro. Os antigos posseiros já não vendiam sua produção em feiras, e sim diretamente na Ceasa-RJ.

Meu interesse estava centrado nos aspectos econômicos, e o de Maria José, nos componentes ideológicos do pensamento daqueles agricultores. Foram duas dissertações de mestrado.

Nosso direcionamento para Magé deu-se em razão das ligações do grupo de estudos com a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), coordenado pelo Moacir Palmeira, e, conseqüentemente, com a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Rio de Janeiro, o que nos proporcionou uma boa entrada. Também fiz várias viagens a Pernambuco no período de preparação e depois da deflagração da primeira greve dos canavieiros. Numa dessas viagens, que durou quase um mês, com Lygia Sigaud e José Sérgio Leite Lopes, foi feito o levantamento da disposição para a greve entre boa parte dos sindicatos de trabalhadores da Zona da Mata de Pernambuco. Mais tarde, já durante a greve, Lygia Sigaud publicou *Greve nos engenhos*, pela Paz e Terra, com o objetivo também de gerar recursos para o fundo de greve.

Então Maria José veio com a ideia da editora. Conseguimos os meios de tornar isso realidade, com ajuda de seu irmão mais velho, Otávio Silveira, e um pequeno capital com o qual jamais nos atreveríamos a começar novamente. Mas éramos jovens, entusiasmados, e queríamos publicar grandes livros.

Nossas “carreiras” acadêmicas se esfumaram. Começou a experiência da editora Marco Zero, em 1980.

A editora Marco Zero

Começar uma editora naquelas condições era muito mais difícil do que hoje. O processo editorial ainda tinha muita composição a quente, com linotipos que, depois de corrigidos e revisados, eram fotolitados e finalmente impressos. Não havia como fazer edições menores que pelo menos 2 mil exemplares, pois o preço por unidade ficaria impraticável.

Tivemos ajuda. A Rose Marie Muraro, que então era editora da Vozes, foi de uma gentileza enorme. Mostrou as principais práticas editoriais da época, direitos autorais etc. Apresentou livreiros e distribuidores, indicou fornecedores. A equipe da gráfica da Vozes também foi fantástica. Desde calcular a quantidade de papel necessária para imprimir um livro até outros inúmeros detalhes de produção gráfica, aprendemos com a boa vontade da equipe dos franciscanos.

Logo depois dos primeiros meses da Marco Zero, meu amigo Márcio Souza, que vivia em Manaus, decidiu se mudar para o Rio e unir-se a nós na empreitada. Já trazia um livro pronto, *A resistível ascensão do Boto Tucuxi*. No decorrer dos anos publicamos reedições dos seus primeiros livros, os novos romances e ensaios, até o primeiro volume da tetralogia *Crônicas do Grão-Pará e do rio Negro*, o romance *Lealdade*, já em 1998.

Queríamos publicar os livros de que gostávamos e que achávamos importantes, mas sempre com um

olho na questão da distribuição e das vendas. Afinal, se não se vende, é impossível continuar publicando. Esse conceito de “bicicleta” é fundamental para todos os projetos editoriais que sobrevivem pelo menos aos primeiros anos.

Em 2013, Flamarion Maués, sociólogo e pesquisador da Fundação Perseu Abramo, publicou um estudo intitulado *Livros contra a ditadura: editoras de oposição no Brasil, 1974-1984*,³ no qual ele procura esboçar uma tipologia das editoras que eram vistas como opositoras à ditadura civil-militar instaurada em 1964. Ele listava várias delas como “editoras partidárias”, fundadas e administradas diretamente ou por influência de alguma das organizações políticas (então ainda clandestinas ou semiclandestinas) que combatiam a ditadura. Outras se caracterizavam claramente como de oposição, muito embora não tivessem esse tipo de filiação.

A Marco Zero pertencia ao segundo grupo. A partir do título inicial, publicamos muitos livros que se colocavam expressamente no campo “contra a ditadura”, fosse pelos temas abordados, fosse pelos autores. A militância, que continuava, aparecia de modo tangencial em alguns dos títulos editados.

A memória, como se sabe, pode ser despertada por eventos bem fortuitos.⁴ No caso, em janeiro de 2014,

³ Flamarion Maués. *Livros contra a ditadura: editoras de oposição no Brasil, 1974-1984*. São Paulo: Publisher Brasil, 2013.

⁴ A propósito da Marco Zero escrevi dois textos rememorando a trajetória da editora, publicados no blog O Xis do Problema: “Ladeira da memória”, 26 jan. 2014. Disponível em: <<http://oxisdoproblema.com.br/?p=2157>>; e

Sérgio Augusto publicou, no Caderno 2 do *Estadão*, uma de suas belas crônicas sobre cinema citando amplamente um livro editado pela Marco Zero em 1992: *Suspeitos*, de David Thomson, com tradução de José Eduardo Mendonça. Diz o cronista que *Suspeitos* é “um misto de dicionário biográfico e ensaio ficcional (labirinticamente borgeano) sobre a realidade paralela do cinema”, e que o autor “inventou a meta-história do cinema”.

O texto do Sérgio Augusto me jogou na ladeira da memória, para a época em que vivemos um belo sonho de editora.

A ideia motora da Marco Zero era simples, como a de quase todos os idealistas que até hoje se dispõem a enfrentar a construção de uma editora: publicaríamos os livros de que gostávamos, desejando que outros também desfrutassem deles. O nome, depois de muita conversa, veio do romance do Oswald de Andrade: Marco Zero. E dali começamos.

O sonho durou dezoito anos, durante os quais conseguimos desenvolver linhas editoriais excelentes, tanto de ficção quanto de não ficção.

A questão de iniciar uma editora começa pela construção de um catálogo. Inicialmente não tínhamos nada de literatura, salvo os romances do Márcio, que só chegariam um pouco depois. Assim, o primeiro livro que editamos foi de não ficção, intitulado *Lutas*

“Ladeira da memória II”, 27 jan. 2014. Disponível em: <<http://oxisdoproblema.com.br/?p=2178>>.

camponesas no Brasil, 1980, resultado de um levantamento da Contag sobre os enfrentamentos do movimento camponês nos anos anteriores. O original chegou às nossas mãos através do Moacir Palmeira. Com Moacir, Afrânio Garcia (cuja tese de doutorado, *Sul, o caminho do roçado*, mais tarde publicamos) e José Sérgio Leite Lopes (de quem também publicamos um livro seminal, *A tecelagem dos conflitos de classe*, sobre os trabalhadores de Paulista, em Pernambuco) temos uma fecunda relação de amizade e de trabalho.

Nada mais natural, portanto, que a publicação de *Lutas camponesas no Brasil, 1980* fosse a estreia da Marco Zero.

Volta e meia leio nos jornais notícias sobre reedições de livros e autores que lançamos lá atrás. A Rocco, por exemplo, agora edita a obra da Margaret Atwood. A Marco Zero não apenas foi a primeira editora a lançar a obra dessa importantíssima autora canadense no Brasil. Foi a que primeiro publicou uma tradução de Atwood em todo o mundo. Ela já havia sido editada no Canadá, nos Estados Unidos e na Inglaterra, e com muito prestígio. Mas a primeira tradução para outro idioma foi nossa. *Madame Oráculo*, traduzido por Domingos Demasi, foi lançado em 1984. E continuamos publicando todos os seus livros até o final da editora. Karen Schindler (que sempre tratou a Marco Zero com a maior simpatia), agente que representava os direitos da autora, dizia-nos que ela preferia continuar com quem a publicara primeiro. Mas Atwood, que veio pelas mãos do Márcio, que a conhecera nos

festivais do Harbour Front, em Toronto (não foi a Flip nem o tal festival de Hay que inventou os festivais literários, meninos), não foi a única.

Maria José garimpou em Frankfurt dois livros muito importantes para a editora. Como não tínhamos capital para participar das disputas de grandes autores, a solução era garimpar. O que Maria José fazia muito bem, percorrendo os estandes internacionais da feira.

O primeiro a se mencionar é *A cor púrpura*, de Alice Walker. Acabamos comprando o livro por uma ninharia (mesmo na época), pois nem a agente internacional sabia que o Spielberg havia adquirido os direitos, e muito menos que o filme já estava sendo produzido. Foi uma sorte enorme.

O livro foi um sucesso. E uma de nossas grandes mancadadas, por inexperiência: rodamos uma tiragem grande demais quando o ritmo de vendas já dava indicações de diminuir. Resultado, o paradoxo: encalhe do sucesso. *A cor púrpura* foi reeditada pela José Olympio.

O segundo livro garimpado por Maria José em Frankfurt também combina sorte e dificuldades. O *Dicionário Kazar*, de Milorad Pavitch, estava no estande da ainda Iugoslávia. Ela achou a ideia do livro fantástica, e acabamos comprando os direitos mundiais para a língua portuguesa. Vejam só, também por uma soma irrisória (que era o que podíamos pagar). Logo depois, quando a Knopf comprou os direitos mundiais do livro, a editora original teve que

excluir o português, e a editora lusa que o publicou comprou a nossa tradução.

Produzir esse livro foi uma pauleira. Não achamos quem o traduzisse diretamente do sérvio, e tivemos que usar a versão em inglês da Knopf. O tradutor foi o Herbert Daniel, recém-chegado do exílio. No final, essa tradução foi confrontada com o original sérvio pelo professor Aleksandar Jovanovic, da USP, e Maria Luíza Jovanovic traduziu trechos do hebraico e do latim para ajudar os leitores. O romance tem duas “versões”, a masculina e a feminina, que diferem apenas em um parágrafo. A edição (em duas versões) ficou muito bonita, com capa de Jorge Cassol, que fez vários trabalhos para a Marco Zero. Foi também um grande sucesso.

Anos mais tarde, soubemos que Pavitch se alinhou aos ultranacionalistas sérvios na guerra civil e sumiu na obscuridade daquela tragédia. Teve traduzido e editado aqui, pela Companhia das Letras, um livro de contos, *A paisagem pintada com chá*, que parece não ter tido muito sucesso.

O fato de *Lutas camponesas no Brasil* ter sido nosso primeiro livro publicado é indicador de outro aspecto importante do nosso projeto. A Marco Zero foi fundada como uma editora de esquerda. Não como editora “de partido” (como na tipificação do já mencionado livro do Flamarion Maués), mas como uma casa que pretendia publicar livros que significassem também uma intervenção na vida política brasileira daquele momento.

Não pretendo fazer aqui minha autobiografia política, o que seria cabotino, mas é preciso levar em consideração que éramos todos militantes. Márcio já mais afastado, mas Maria José e eu tínhamos uma longa história com a Ala Vermelha.

Isso se refletia não apenas na linha editorial, mas também na contratação de dois de nossos primeiros colaboradores: Daniel Aarão Reis e Vladimir Palmeira, ambos recém-chegados do exílio. Eles foram trabalhar conosco, imaginem, e não entendiam coisa nenhuma de administração ou comércio, mas eram oficialmente encarregados disso na jovem Marco Zero. Meio período, que os dois estavam tratando de se encaminhar para o que sabiam mesmo fazer. Daniel para retomar uma carreira acadêmica, Vladimir louco para fazer política, sempre. Era muito divertido e produtivo trabalharmos juntos, discutindo sobre os lançamentos, o que fazer e como lançar os livros.

Uma ideia do Vladimir foi fazer o lançamento de *O papalagui*⁵ na praia, com farta distribuição de caipirinhas. Esse livro narra as memórias do chefe de uma tribo da Polinésia que visita a Europa e faz para seu povo um relato do que viu, e o espanto com os estranhíssimos hábitos dos brancos, os *papalagui*. O livro foi um *long-seller* da editora, mas no lançamento, em plena praia de Ipanema, não vendeu nada, e

⁵ Erich Scheurmann. *O papalagui*. Tradução de Maria José Silveira. Rio de Janeiro: Marco Zero, 2003.

o povo da praia liquidou em pouquíssimo tempo a cachaça que levamos.

Bolamos também uma coleção de divulgação, em formato pequeno, com discussões sobre vários tópicos. Eram sempre dois autores (pelo menos). Como exemplos, *A cidade está com medo*, de Tércio Lins e Silva e Carlos Alberto Luppi; *Os índios vão à luta*, com quatro autores (Márcio Souza, José Ribamar Bessa, Megaron e Marcos Terena); e *Lugar de negro*, de Lélia Gonçalves e Carlos Hasenbalg. Como os temas permanecem! Também publicamos títulos como *A crise do socialismo real*, do Hércules Correa. O Hércules era do comando central do Partidão, o que demonstra o quanto procurávamos abrir espaço para todos do campo de lutas contra a ditadura. Afinal, era a época da mobilização pelas diretas. Também mais tarde publicamos *As raízes do golpe*, do Almino Afonso, um relato, a partir do Parlamento, da gestação do dito cujo.

Publicamos também um livro muito importante em 1985, *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*, hoje reeditado pela Expressão Popular, no qual o Daniel Aarão Reis (que colocou como coautor, em homenagem, Jair Ferreira de Sá, antigo dirigente do movimento estudantil que morreria em um estúpido acidente de carro) apresenta os documentos que coligiu. Daniel, como sabemos, tornou-se um dos especialistas na história das esquerdas em nosso país. Outro livro que mostrava o teor das disputas e diver-

gências no movimento revolucionário internacional foi *Oposição no socialismo real*, do Fernando Claudín, traduzido por mim.

Um dia recebemos um convite insólito. A associação dos editores cubanos estava organizando um encontro com editoras latino-americanas para aprender como é que funcionava essa história de direitos autorais. A União Soviética havia recém-ingressado na Convenção de Berna, carreando com ela todos os países do então chamado campo socialista.

O convite chegou quando eu me recuperava de uma operação de hérnia de disco. Maria José, esgotada por cuidar de tudo durante minha doença e convalescença, não aguentaria ir. Seria uma pena perdermos aquela oportunidade, e eu decidi ir. Os cubanos disseram que pagavam a passagem do México para Havana e todas as despesas feitas lá. E quem tinha grana para ir até o México? Agradei e expliquei. Veio uma alternativa: eles pagavam de Buenos Aires para Havana, ida e volta. Bom, Buenos Aires já era viável. Cheguei a Buenos Aires no dia seguinte à posse do Alfonsín, a cidade fervilhando de animação pela volta da democracia. Fui à embaixada de Cuba pegar a passagem e o visto. Que era entregue em um papel separado. Os passaportes brasileiros, para quem não viveu essa época, tinham um carimbo logo nas primeiras páginas: não é válido para Cuba. A viagem de qualquer brasileiro para a ilha era estritamente ilegal.

Viajei acompanhado por Gian Calvi. O conhecido artista fora convidado pelo Centro Regional para

o Livro e Leitura na América Latina e Caribe (Cerral) para fazer uma oficina de ilustração em Havana.

Recebemos o visto e as passagens. Aerolíneas até Lima e Aeroflot até Havana. Dormimos em Lima na casa do meu amigo e professor Rodrigo Montoya, espantado com a súbita invasão. O voo na Aeroflot foi, digamos, intrigante. Era algum modelo de Tupolev que imitava o antigo Caravelle.

A estada em Havana rendeu alguns contratos para publicação – além de eu lhes mostrar, junto com outros colegas de vários países, o beabá de fazer contratos e pagar direitos. Do Miguel Barnett, autor fantástico, publicamos *Memórias de um cimarrón*, e de lá eu trouxe também o contrato para publicar o livro do Alejo Carpentier, *O recurso do método* (que tinha seus direitos controlados de Paris), ambos traduzidos por Beatriz Cannabrava. Publicamos também outro autor cubano, Miguel Cossío, *Foguetes sobre Cuba*, que narra as tensões de um miliciano aguardando o possível ataque nuclear dos Estados Unidos na famosa crise dos mísseis.

Sempre procuramos lançar autores latino-americanos. Um dos mais notáveis foi *O pau de sebo*, do haitiano René Depestre, tradução de Estela dos Santos Abreu e Maria Wanda Maul de Andrade. Depestre aparece em uma cena do filme *Memórias del subdesarrollo*, do Tomás Gutiérrez Alea, participando de uma mesa-redonda que acontece na casa-museu do Hemingway, perto de Havana. Ele esteve no Brasil como funcionário da Unesco. Fomos almoçar no folclórico – e ótimo – Sentaí, atrás da Central do Brasil e do antigo Minis-

tério da Guerra, no Rio. Além de outros, publicamos *A ilha da chuva e do vento*, de Simone Schwarz-Bart, de Guadalupe (saiu em 1986, com tradução da Estela dos Santos Abreu), e o guatemalteco Arturo Arias, com *Itzam-Na, a casa das lagartixas*.

Mas não nos restringimos a essa área. Os europeus também tinham nossa atenção.

Um dos autores que lançamos pela primeira vez no Brasil foi Lobo Antunes. A primeira edição de *Os cus de Judas* foi da Marco Zero, e vale lembrar duas curiosidades. Lobo Antunes, que tem fama de zangado, concordou em trocar algumas expressões lusas por outras mais correntes por aqui, apontadas pela revisão vocabular da professora Gumercinda N. Gondada. Lembro de “autoclismo”, substituído por descarga (de privada). Outra curiosidade, bem sintomática dos tempos em que vivíamos, foi a resenha publicada no *Jornal do Brasil*. O circunspecto jornal mudou o título do romance, que virou *Os cafundós do Judas*. Cus, nem pensar. Hoje, os *Cus* estão estacionados na Objetiva/Alfaguara.

Um lançamento marcante, de outro autor inédito por aqui, foi do *Homem invisível*, traduzido por Márcia Serra, em 1990. E publicamos também, entre outros, Níkos Kazantzákis, Heinrich Böll, Lars Gustafsson. E um dos clássicos da contracultura, o hilariante *Pescar truta na América*, do Richard Brautigan, traduzido pelo José J. Veiga, que fez também uma apresentação. Maria José trouxe esse título quando esteve em Stanford, para um curso de imersão no

mercado editorial. Ela foi uma das primeiras brasileiras a fazer esse curso, pelo qual passaram depois vários outros editores.

Passamos pela Turquia, com *Memed, meu falcão*, de Yasar Kemal, traduzido (do inglês), pelo Wilson Vaccari, em 1989, e pelo Japão, com o pungente romance sobre as sequelas de Hiroshima *Chuva negra*, de Masuji Ibuse, traduzido do inglês por Reinaldo Guarany.

Publicamos também o romance *Promessa ao amanhecer*, de Romain Gary, traduzido por Herbert Daniel. Outro autor importante e pouco conhecido no Brasil foi Frederic Prokosch, elogiado por Gide e Thomas Mann, do qual publicamos *Os asiáticos*, com tradução de Gilda Stuart e Felipe Rajabally. Da Itália veio *Uma mulher*, de Sibilla Aleramo, com tradução de Marcella Mortara. Do John Barth publicamos a deliciosa e vanguardista *Quimera* (tradução de Felipe Rajabally e Gilda Stuart), e de William H. Gass, a coleção de contos *No coração do coração do país e outras histórias*, com tradução de Angela Melin.

Não conseguíamos os autores badalados, mas fizemos uma senhora seleção.

E nos divertimos muito publicando uma coletânea dos “catecismos” do Carlos Zéfiro. Sérgio Augusto, Roberto DaMatta e Domingos Demasi escreveram pequenos ensaios que davam um indispensável – na época – ar de erudição ao volume. A “bunda” do livro foi escrita pelo Márcio Souza. Este e outros dois títulos vieram da coleção de um amigo nosso, Joaquim

Marinho, um dos maiores colecionadores de material pornográfico do Brasil.

Na literatura brasileira, além dos livros do Márcio Souza, pescamos autores interessantes. Manuel Carlos Karam, Haroldo Maranhão, Ricardo G. Dicke, Antonio José de Moura estavam entre eles. Publicamos também um roteiro nunca filmado do Joaquim Pedro de Andrade, *O imponderável Bento*, e a primeira edição de *Samba-enredo*, o segundo livro do hoje premiado e reconhecido João Almino. Outro título de ficção foi o *Mário/Vera: Brasil 1962-1964*, da gaúcha Tania Jamardo Faillace. Também publicamos um belo livro – filho único – do crítico de cinema Inácio Araújo, *Casa de meninas*, com título em homenagem ao livro da Lygia Fagundes Telles. Um dos autores inéditos que lançamos na época foi o Dau Bastos, com *Das trips, coração*, que o José Goldenberg tentou censurar na Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) na época do Collor, assim como o da Bernadette Lyra, *Aqui começa a dança*.

Vale lembrar, na área de não ficção, o livro do jornalista Lucio Flávio Pinto, *Carajás: ataque ao coração da Amazônia*, e outro título que foi uma das primeiras análises em detalhes da perigosa aventura do Projeto Jari.

Um pouco no improviso, com muitos tropeços e enfrentando os problemas estruturais do mercado editorial brasileiro, a Marco Zero conseguiu se tornar uma referência no campo editorial do país.

E por aí foi e por aqui vou terminando, que não é a história da editora, que publicou muito mais até “morrer”, quando fomos obrigados a vendê-la para quem era, então, nosso sócio majoritário, a Nobel. Que fechou a editora (como fechou também a própria Nobel, a Estúdio Nobel e a editora que também comprou do Quartim de Moraes). A Marco Zero estava no azul e com ótimas perspectivas pela frente. Não consigo explicar a intenção desse *serial killer* de editoras, mas é da vida.

Salvo os títulos mencionados que foram reeditados (posso até ter esquecido de um ou outro), esses livros hoje são encontrados em sebos ou em edições piratas.

Foi bom enquanto durou. Maria José se firmou em sua vocação, ser escritora. Márcio Souza continua produzindo, escrevendo e por vários anos fez um bellissimo trabalho com jovens no Teatro do Tesc, em Manaus (aliás, lá encenou dois monólogos escritos pela Maria José). E eu continuo nessa faina de tentar entender por que tantos livros bons são lidos por tão poucas pessoas neste nosso país.

Ladeira de memória é assim. Sinto saudades dos meus tempos de editor, com todos os que nos acompanharam em algum momento.

O livro e a leitura no Brasil

Foi também em razão da Marco Zero que nasceram e se desenvolveram minhas preocupações a respeito

do livro e da leitura no Brasil. Sequelas da formação acadêmica, provavelmente.

Em 1984 eu e Maria José decidimos voltar para São Paulo. A cidade nos fascinou desde que aqui moramos, no final dos anos 60 e início dos anos 70, experiência encerrada abruptamente com a prisão e o exílio. Além do fascínio, pensávamos também que, por ser o maior mercado do país, poderíamos desenvolver melhor a editora.

Fomos para São Paulo, mas mantivemos por mais um ano a sede no Rio de Janeiro, sob a supervisão do Márcio, e nos instalamos em uma casa na então deserta Vila Madalena. Dois outros fatores influenciaram a decisão. O primeiro deles era a Feira de Frankfurt. Como o dinheiro era curto, quem sempre ia era Maria José, fazer o garimpo que mencionei antes. Associar-se à Câmara Brasileira do Livro (CBL) facilitava o acesso à Feira. Outro fator foi a própria Bienal de São Paulo, da qual já tomávamos parte a partir de um representante. Decidimos, entretanto, participar diretamente, tanto pelas vendas (nunca se vende o suficiente na Bienal, a menos que haja um bestseller) como pelos contatos.

Assim, decidimos afiliar a editora à CBL. Em 1989 recebi um telefonema do então presidente, Alfredo Weiszflog, para participar da chapa que elegeria seu sucessor, Ary Benclowicz. Ali vi a oportunidade de conhecer melhor as entranhas do mundo editorial e tentar responder às indagações de sempre: por que razões os livros que publicávamos não

conseguiam alcançar a difusão e a repercussão que esperávamos. Aceitei.

O panorama do mercado editorial na época, como eu já disse, tinha características muito diferentes das atuais. A evolução tecnológica, os métodos de distribuição, o papel da imprensa na divulgação dos livros, tudo isso mudou radicalmente dos anos 90 para cá. Uma revolução tectônica que hoje considero só comparável ao aperfeiçoamento e generalização da impressão com composição por tipos móveis, feita por Gutenberg. Digo aperfeiçoamento e generalização porque os fundamentos filosóficos e os processos técnicos prévios a Gutenberg remontam a séculos e a países tão distantes como a Coreia – impressão com tipo móveis de barro –, passando pela China, pelo desenvolvimento da xilogravura e outros detalhes. Os interessados podem buscar o livro fundamental de Albert Kapr, originalmente publicado em alemão, em 1986, *Johann Gutenberg: The Man and his Invention*.⁶

O resultado disso tudo é que a editoração e a elaboração de livros atualmente estão muito distantes do conceito de impressão de composição feita por tipos móveis. Mas o que interessa aqui não é relatar e discutir essas mudanças tecnológicas, salvo quando digam respeito às questões de políticas públicas.

⁶ Albert Kapr. *Johann Gutenberg: The Man and his Invention*. Tradução de Douglas Martin. Aldershot: Scolar Press, 1996.

Primeiros momentos na CBL

Nas primeiras reuniões da nova diretoria, como não podia deixar de ser, fui tomando conhecimento e me familiarizando com o conjunto de atividades desempenhadas pela instituição. Como sabemos, a posse de Fernando Collor logo no início de 1990 provocou uma enorme desorganização econômica no país. Foi mais uma tentativa de congelamento de preços, houve o confisco das poupanças, limitação dos saques nas contas bancárias etc. Certamente essas medidas prejudicaram também o setor editorial e livreiro.

Houve surtos de recuperação, já que as novas edições não estavam sujeitas ao congelamento de preços (experiência que viera do antigo Plano Sarney e seus sucessores), mas eram soluções precárias em uma situação política e econômica extremamente instável. Um dos efeitos mais perversos foi a extinção do Ministério da Cultura, que havia começado a se organizar com o último ministro do governo Sarney, Celso Furtado. Collor liquidou com o Ministério da Cultura, acabou com a Lei Sarney, primeira tentativa de instituir incentivos fiscais específicos para a área cultural. O primeiro secretário especial de Cultura, Ipojuca Pontes, dedicou-se particularmente ao desmonte das instituições ligadas ao setor, incluindo as do livro. Foi extinto o Instituto Nacional do Livro (INL), que teve suas atribuições transferidas para a Biblioteca Nacional (BN).

O caos institucional só começou a ser revertido, parcialmente, com a nomeação do embaixador Sérgio Paulo Rouanet para secretário de Cultura, quando da reestruturação dos ministérios feita após a demissão da Zélia Cardoso de Mello. Rouanet tomou iniciativas importantes, apresentando o projeto do regulamento que viria a se tornar a Lei de Incentivos à Cultura (Lei Rouanet). Também nomeou o poeta Afonso Romano de Sant'Anna para presidente da Biblioteca Nacional, e este levou Márcio Souza para o Departamento Nacional do Livro (DNL). Em maio de 1991, a secretária nacional de Economia, Dorothea Werneck, lançou o programa das câmaras setoriais, mecanismo que integraria os interessados (editores, distribuidores, livreiros, fabricantes de papel, gráficas, autores, bibliotecários, ilustradores etc. etc.) para chegar a um consenso sobre políticas setoriais. A CBL foi convidada a participar da câmara setorial do livro e do seminário de lançamento.

Eu me propus a pôr no papel algumas ideias sobre políticas nacionais do livro e leitura, de modo a facilitar a discussão na diretoria da CBL e desenvolver uma proposta de intervenção. Nessa ocasião redigi um texto (infelizmente perdido em algum lugar do ciberespaço) no qual alinhava alguns pontos até hoje centrais no que penso sobre o assunto.

1. A disjuntiva entre a proposta lobatiana (“Um país se faz com homens e livros”) e o sentido comum do ditado “Brasileiro não gosta de ler” era falsa, um pseudoproblema. Na verdade, o brasileiro *não tem*

acesso aos livros. Portanto, tornar o livro acessível se propunha como a questão central.

2. A confusão sistemática entre “acesso” e “compra” de livros. O acesso universal aos livros nas sociedades democráticas era, e é, para além da compra, *através da biblioteca pública*. E eram citados dados tanto sobre o número de bibliotecas por habitante, em vários países, quanto sobre o dispêndio governamental com esses programas relacionados a acervos e funcionamento das bibliotecas públicas.

3. O preço do livro, sempre colocado como o principal obstáculo para o aumento dos índices de leitura. Argumentei que, na verdade, o preço do livro brasileiro não se diferenciava de forma muito significativa dos preços praticados internacionalmente (considerando-se os formatos dos livros), mas refletia o fato de os brasileiros ganharem pouco e não terem como comprar livros. Mais uma vez, eu dava alguns exemplos.

4. Os problemas de distribuição também se refletiam no acesso, com pouco incentivo para as livrarias, além das dificuldades logísticas decorrentes do tamanho do país.

5. O agravamento do problema de distribuição pelo programa de aquisição de livros didáticos. O programa em si era muito importante, mas a compra direta das editoras (então feitas pela FAE) havia estrangulado as livrarias, que muito dependiam das vendas sazonais de livros didáticos, e se viram privadas desses recursos. Portanto, era necessário conside-

rar meios para que, pelo menos em parte, os alunos e professores acessassem os livros através das livrarias locais, o que não era consensual e sofria oposição das editoras de livros para educação; por isso mesmo a distribuição não podia ser muito enfatizada e devia ser tratada com nuances. (O sistema escolar francês tem na Lei do Preço Fixo uma fórmula pela qual os livros escolares são adquiridos nas livrarias locais.)

A equação acesso (bibliotecas públicas + incentivos para livrarias) + melhores condições de distribuição = maiores índices de leitura dos brasileiros e melhor rede de livrarias que servisse ao público em geral, mais articulada e considerando tanto a evolução tecnológica como as condições econômicas, continua a ser o eixo do que julgo fundamental em uma política para o livro.

Outra questão que na época já era defendida, embora não de forma consensual, por livrarias independentes e por quem conhecia os mercados franceses e dos demais países da Europa Ocidental era a do chamado “preço fixo” para os livros. Na verdade, essa ideia retrata de modo impreciso o principal ponto em comum das políticas de preço fixo. O eixo era, sim, a manutenção do preço de capa durante o período de pelo menos um ano, mas também havia a limitação de descontos. Essa era uma das reivindicações mais importantes das livrarias independentes, e voltarei ao assunto adiante.

Fui um dos designados para participar dos trabalhos da Câmara Setorial, o primeiro de vários que

vieram depois. Nessas reuniões surgiu a ideia da formulação de uma Lei do Livro e da Leitura que resolvesse algumas dessas pendências e outras que foram lembradas, inclusive os remanescentes de tributação no mercado editorial, contrariando o disposto na Constituição Federal quanto à imunidade tributária do livro. O assunto só foi encaminhado anos depois, e volta a ser questão graças às atribuições propostas do Chile-boy Paulo Guedes.

Pesquisa de Produção e Venda de Livros

Uma das dificuldades mais sérias para a formulação de políticas para o livro no Brasil é a coleta sistemática de dados que informem de modo objetivo os problemas. Alfredo Weiszflog, que acompanhava a atuação do Cerlalc, anunciou a decisão do órgão de estimular pesquisas de produção e vendas de livros na América Latina.

A diretoria então resolveu convocar, para o período pré-Bienal do Livro de 1992, um encontro com especialistas em pesquisas sobre livros de vários países, assim como convidar os presidentes das várias câmaras de livros de outros países para assisti-la. Alfredo Weiszflog também sugeriu convidar as pesquisadoras da Fundação João Pinheiro. Montamos e discutimos o primeiro questionário da Pesquisa de Produção e Vendas do Mercado do Setor Editorial Brasileiro, em Word. A pesquisa existe até hoje. Evoluiu, é certo.

Uma das preocupações dos primeiros anos era manter o cadastro de editoras o mais atualizado possível. A amostragem não era feita exclusivamente entre editoras associadas à CBL e ao Sindicato Nacional de Editores de Livros (Snel). Havíamos, na época, estabelecido um critério duplo: podiam entrar editoras que publicassem regularmente pelo menos cinco títulos por ano, ou pelo menos um título que tivesse tiragem mínima 10 mil exemplares. Essas editoras eram agrupadas por faixas de faturamento, de modo que sua participação no mercado pudesse ser ponderada na amostragem da pesquisa.

Houve uma enorme discussão com o então dirigente do DNL, Elmer Barbosa. Ele insistia em que o ISBN tinha registro de mais de 5 mil editoras (na época), e por isso a amostra era falha. Por mais que se explicasse que o critério era pesquisar editoras comerciais, e que muitos autores independentes ou mesmo empresas que editavam livros promocionais não entrariam nos nossos critérios, Elmer Barbosa insistia no seu ponto de vista.

Depois que saí da CBL e que mudou a dinâmica da pesquisa, desconfiei que se passaram alguns anos sem que houvesse o esforço de atualização constante da base de editoras. O resultado foi que, em 2010, publicaram-se dois relatórios da Pesquisa de Produção e Vendas do Setor Editorial Brasileiro, mas as explicações não eram convincentes.⁷

⁷ Comentei o assunto em “Os números torturados do ‘Relatório de produ-

Temos hoje uma boa variedade de informações estatísticas. Além da Pesquisa de Produção e Vendas de CBL/Snel, atualmente sob responsabilidade da Nielsen, dona de um dos instrumentos de registro de vendas on-line, a mesma empresa produz um survey mensal de vendas, com ranking dos mais vendidos, patrocinado pelo Snel. As livrarias também produzem, sob patrocínio da Associação Nacional de Livrarias (ANL), uma pesquisa de comportamento de vendas nas lojas físicas, executada pela GfK, a concorrente da Nielsen em pesquisas de consumo.

Além das pesquisas específicas, o IBGE produz regularmente informações de ordem econômica sobre os diferentes segmentos do varejo. Nesse caso, entretanto, a mistura entre livrarias, papelarias e o formato “multimodal” (incluindo, além de vendas nas lojas físicas e comércio eletrônico, vendas de papelarias, produtos físicos e virtuais de informática, como CDs, DVDs, leitores eletrônicos e livros eletrônicos) torna mais complicada a análise dos dados, muito embora todos sejam indicadores de variações significativas nos modelos de varejo.

Existe uma apreciação jocosa e fundada no senso comum de que “estatística é uma forma de mentira científica”, geralmente associada à percepção de que a maioria absoluta das pessoas “nunca foi

ção editorial de 2010”. O Xis do Problema, 2 dez. 2011. Disponível em: <<http://oxisdoproblema.com.br/?p=642#more-642>>.

pesquisada” e coisas similares. Outros dizem que os números são “torturados” até demonstrarem o que os interessados (ou financiadores) das pesquisas querem que eles mostrem.

A boa compreensão das estatísticas depende, em primeiro lugar, de definir (e saber fazê-lo) exatamente o que a pesquisa está perguntando, e para que segmento do universo a pergunta está sendo feita. Ambas as indagações têm caráter eminentemente técnico e em geral não são compreendidas pelo público mais amplo. Há uma questão da amostragem, que está ligada à definição do universo que se deseja pesquisar. Como mencionei antes, a Pesquisa de Produção e Vendas não é feita para medir “todos” os livros produzidos no Brasil. É para medir os livros produzidos e vendidos por editoras que se enquadrem em determinados critérios. Além disso, a caracterização numérica, física, desse universo deve ser objeto de atenção constante, considerando-se, no caso, novas editoras e a saída do mercado de outras. Eu já disse em algum lugar que o mercado editorial tem uma altíssima “taxa de nascimento” (novas editoras que surgem), mas também uma alta “taxa de mortalidade” (editoras, principalmente pequenas, que fecham a cada ano). Além disso, há a dinâmica própria do sistema capitalista, de concentração dos participantes de um determinado mercado por compra, absorção e eliminação dos mais fracos.

Outros aspectos polêmicos e complicados das pesquisas são também: o problema do chamado “preço

médio” dos livros; a consistência das amostras; e a clareza dos objetivos das pesquisas.⁸

Índices de leitura

Além dos dados de produção e vendas, há a questão da definição do objeto da pesquisa. Aparentemente não há contradição nem problema. A pesquisa busca quantificar (e não qualificar) a leitura de *livros*. Evidentemente não há nada de equívoco nisso, e temos aqui um objeto de pesquisa claramente delimitado.

Não é de admirar; esse tipo de pesquisa sempre foi de interesse imediato dos editores de livros. O dimensionamento desse mercado, suas dinâmicas de crescimento, declínio, distribuição geográfica segundo níveis de educação e classes de renda, além da especificação dos gêneros lidos, são de importância crucial para os agentes econômicos da indústria editorial, principalmente editores e livreiros, mas também bibliotecários e toda as instituições, governamentais ou não, dedicadas à chamada “promoção da leitura”. Só que não se trata de leitura em geral (e escrita). Trata-se, especificamente, da *leitura de livros*. A contraposição a outros meios de acesso à informação, formação e lazer é feita em contraste, em disputa pelo tempo e

⁸ Sobre esses assuntos remeto a um texto publicado em meu blog: “Produção e vendas de livros: perguntas – mais que reflexões – sobre a pesquisa”. O Xis do Problema, 10 jun. 2020. Disponível em: <<http://oxisdoproblema.com.br/?p=3255>>.

pelos recursos dedicados à leitura (melhor ainda, ao consumo) de livros.⁹

No entanto, extrapolando o aspecto exclusivamente focado nos livros, há uma consciência crescente de que “leitura” é algo que vai mais além.

Começemos pelo óbvio. Blogs, posts, o uso generalizado dos chamados meios sociais no universo político, social e econômico contemporâneo se impõem de imediato. O fato de que a leitura dessas formas de comunicação implique quase que necessariamente uma contrapartida escrita tem sido percebida de modo cada vez mais amplo. O “leitor” também é “escritor”. Seguem-se daí outras consequências. Primeiro, a interatividade, já que as posições não são mais fixadas em polos de produtores (escritores) e leitores (sem contar com os mediadores, editores, proprietários dos modos de acesso). As posições se intercambiam de modo fluido.

Depois, há o desenvolvimento de códigos semióticos cada vez mais segmentados e progressivamente afastados do cânone léxico e sintático normativo. São as abreviações, apócopies, aglutinações, emojis etc. A

⁹ Um indicador da questão da diferença entre índices de leitura de livros e outros tipos de leitura (ou audição de blogueiros, divulgadores etc.) pode ser percebido em artigo recente de Henderson Fust e Mariana Bueno sobre a observada queda das vendas dos livros da categoria “técnico-científicos e medicina” (chamados livros científicos, técnicos e profissionais, ou CTP), especialmente os de direito e medicina, publicadas no site Publishnews, 11 nov. 2020. Disponível em: <<https://www.publishnews.com.br/materias/2020/11/11/para-onde-foram-os-leitores-de-ctp-uma-analise-da-conjuntura-brasileira>>.

criação de novos termos e sinais aumenta exponencialmente, muitas vezes cifrando a comunicação entre subgrupos de interesses e “culturas” que competem (ou se isolam) entre si, eventualmente de modo efêmero.

Tania Rösing, professora da Universidade de Passo Fundo, criadora e incentivadora do período mais fecundo das Jornadas de Literatura de Passo Fundo, chamou atenção, em mesa-redonda em uma das Flips, que os jogos (games) implicam cada vez mais formas de leitura e criação de conteúdo. Ou seja, formas de narrativas. Os jogadores (ou participantes) não são mais obrigados a seguir uma linha de ação previamente definida pelos autores. Principalmente nos *role player games* (em livros ou on-line), cada jogador – em sua interação com os outros – interfere no desenvolvimento da trama narrativa e, portanto, no resultado do jogo.

Isso tudo implica novas formas de leitura e escrita.

Certamente não cabe subestimar as pesquisas de produção e vendas de livros, mas não podemos deixar de refletir sobre a ampliação do escopo das pesquisas sobre índices de leitura.

Tal como na Pesquisa de Produção e Vendas, participei na formulação e execução da primeira pesquisa da série que viria a se chamar Retratos da Leitura no Brasil.

A primeira iniciativa decorreu de discussões na diretoria da CBL, ainda no ano 2000. Buscava-se, como indica o título da pesquisa, conhecer dados sobre a penetração da leitura no país, tomando como base aquele ano, embora a coleta de dados se estendesse

até janeiro de 2001. A tarefa era gigantesca. Apesar da preocupação já existir no âmbito do Cerlalc, não se havia desenvolvido metodologia específica, ainda que o caminho mais viável fosse usar as técnicas de pesquisa de mercado já existentes e consolidadas para outras situações.

A primeira tarefa, entretanto, era quantificar orçamentos e conseguir recursos para a execução do projeto, que certamente não caberia no orçamento da CBL. Houve uma busca intensa de patrocinadores, com o envolvimento da diretoria e foco em instituições que tivessem algum tipo de interesse comum. Conseguimos parte dos recursos através da Associação Brasileira de Editores e Produtores de Conteúdo e Tecnologia Educacional (Abrelivros), associação que reunia as editoras de livros educacionais, o segmento mais forte e com mais recursos da indústria editorial. Entretanto, a contribuição mais significativa veio da Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa), a qual, em 2014, consolidou-se, juntamente com outras associações da área, em uma nova entidade, a Indústria Brasileira de Árvores (IBA). Definidas as fontes dos recursos, os passos seguintes foram buscar a empresa que faria a pesquisa e, em conjunto, desenhá-la e executá-la.

A empresa escolhida foi a A. Franceschini Análises de Mercado. A pesquisa tinha como objetivo principal identificar a população leitora de livros no Brasil e o acesso a livros. Secundariamente, buscava-se levantar o perfil do leitor de livros; coletar as preferências

do leitor brasileiro; identificar as barreiras para o crescimento da leitura de livros no Brasil; e, finalmente, traçar o perfil do comprador de livros no país.

Inicialmente, foi feita uma pesquisa qualitativa com grupos de entrevistados (incluindo membros da diretoria da CBL) para formatar o questionário e as áreas de abordagem.

A pesquisa quantitativa entrevistou o número previsto de pessoas, distribuídas por 46 cidades de todos os estados, de modo a representar estatisticamente o universo estudado com uma margem de erro de 2,9% nacional e 5% para os dados da cidade de São Paulo.

A primeira disjuntiva a ser resolvida foi a da definição do universo pesquisado. Em um primeiro momento foi pensada a população do Brasil em geral, estratificada (por renda, educação, distribuição geográfica das cidades nas regiões), o que incluiria, portanto, os analfabetos e os recém-nascidos. Só que, para a diretoria da CBL, a comissão de pesquisa e a própria Adélia Franceschini, o que interessava era pesquisar o perfil dos leitores que já tivessem pelo menos certa autonomia para escolher o que liam e que pudessem ler. Nos primeiros anos de escola, enquanto os estudantes se alfabetizavam, e mesmo nos anos posteriores, essa autonomia era próxima de zero: as crianças leem ou folheiam o que é determinado pelas escolas ou escolhido pelos pais ou responsáveis, além do espinhoso problema do analfabetismo funcional. Também não nos interessava incluir os analfabetos – ainda que as razões do analfabetismo fossem

importantes, mas isso seria objeto de outra pesquisa. Diante da reconhecida precariedade do letramento nas escolas brasileiras, definiu-se também que seriam considerados apenas aqueles que tivessem tido pelo menos três anos de escolarização, mesmo que isso tivesse ocorrido tempos antes.

Desse modo, o universo a ser pesquisado ficou definido. População com quinze anos ou mais, com pelo menos três anos de escolaridade, descartando-se também quem não declarasse a idade. Isso compunha, no ano 2000, um universo de 86 milhões de pessoas.

Esses critérios são discutíveis e foram abandonados nas versões subsequentes dos Retratos da Leitura, feitos não mais sob a responsabilidade dos promotores iniciais.

Note-se que todos os itens pesquisados diziam respeito à leitura de livros. Nas perguntas incluíam-se também alternativas sobre como os pesquisados usavam seu tempo livre, considerando opções variadas, como leitura de revistas, ver televisão etc.

Para a pesquisa quantitativa foram levantados dados representativos do universo definido, e a partir daí foram sorteados os municípios, dentro destes os quarteirões ou núcleos habitacionais, dentro destes as residências e, ali, o entrevistado. A meta era conseguir 130 entrevistas por cidade (433 na cidade de São Paulo). As cotas de número de entrevistados nas cidades selecionadas da região Norte (exceto as capitais) não foram alcançadas, e por

essa razão não foram apresentados dados agregados para a área, embora a amostragem demográfica tenha sido compensada, o que permitiu apresentar os dados gerais para o Brasil dentro das margens de tolerância estatística.

Não cabe aqui discutir os dados do levantamento (que completa vinte anos agora), nem mesmo compará-los com as atualizações que foram feitas – agora sob a responsabilidade do Instituto Pró-Livro (IPL) e executadas pelo Ibope Ideias. Quero tão somente salientar alguns pontos.

1. A leitura como tal é valorizada pelos brasileiros *de modo abstrato*. Ela é fonte de conhecimento, considerada “algo importante”, que serve para o “crescimento profissional” e para “a sabedoria”. Como “atividade prazerosa”, já fica bem abaixo na lista das razões. A leitura aparece entre as dez atividades que os brasileiros mais gostam de realizar em seu tempo livre, mas bem abaixo de ver televisão, ouvir música ou simplesmente descansar.

2. O gênero preferido em todas as versões da pesquisa é o religioso, e o livro mais lido, a Bíblia. Note-se que “leitor” é quem leu pelo menos um livro nos últimos meses, sem distinção de “quanto” do livro foi lido. Desse modo, a leitura de trechos – que evidentemente é o que acontece com a Bíblia – qualifica o leitor. A porcentagem dos compradores varia em torno de 20% dos leitores, e a maioria dos livros é acessada através de compras, embora haja uma porcentagem muito significativa de pessoas que leem livros “em-

prestados” de outros (parentes, amigos), já que as bibliotecas continuam escassas e mal abastecidas.

Uma diferença substancial entre a pesquisa de 2000 e as seguintes refere-se aos livros didáticos. Como eu disse, havíamos estabelecido a faixa etária de quinze anos ou mais, precisamente para evitar o peso excepcional dos livros escolares, comprados sobretudo pela administração e distribuídos para os alunos das escolas públicas. Isso se torna evidente a partir da segunda pesquisa dos Retratos de Leitura, em 2006, quando esse “gênero” assume papel relevante, logo abaixo de “religião”. Renda também apresenta fortíssima correlação com a posse de livros. Basta assinalar que a pesquisa de 2000 constata que 1% da população, com renda superior a cinco salários mínimos, tem em casa 22% dos livros (a pergunta era sobre a quantidade de livros que havia nas residências).

Não farei aqui comparações sistemáticas com os resultados das pesquisas Retratos da Leitura no Brasil feitas em 2006, 2011, 2016 e 2020, que estão disponíveis no site do IPL. Há variações percentuais visíveis em todas elas, mas um aspecto básico da realidade persiste: a dificuldade de acesso aos livros. As bibliotecas públicas, ainda que tenham crescido de forma espasmódica, continuavam tragicamente insuficientes, com acervos defasados, e os livros novos que chegavam escolhidos arbitrariamente por comissões de doutos.

Acesso, pirataria, ABDR

Em paralelo à questão das bibliotecas públicas, gerais e universitárias, ocorre outro problema grave, que é a pirataria dos textos universitários. Essa é uma situação dramática. Os alunos têm de ler os capítulos ou livros indicados pelos professores, sem o que sua formação acadêmica fica gravemente comprometida. A aquisição de acervos pelas bibliotecas públicas é irregular, e muitas dependem de campanhas de doações. As bibliotecas das universidades (principalmente as públicas) muitas vezes dispõem de verbas para a aquisição de acervo, mas o processo de compra é lento e não atende geralmente à dinâmica dos cursos. As bibliotecas de instituições públicas adquirem acervos com mais frequência, assim como as de algumas instituições privadas, mas ainda assim são incapazes de atender às demandas efetivas de alunos e professores. Nos cursos das áreas técnicas (medicina, enfermagem, engenharia etc.) a situação é ainda mais grave, já que os livros são mais complexos, a atualização é continuada e hoje feita em grande medida on-line. As ciências sociais continuam usando amplamente livros-texto. Os livros técnico-científicos e de medicina (STM, no acrônimo em inglês) são particularmente caros, e os investimentos editoriais, muito significativos.

Tudo isso cria condições para a pirataria generalizada, que se dá de duas formas. A primeira é a impressão não autorizada, geralmente em papel de qualidade inferior e formato menor, que acontece na área

STM, vendida por uma fração do preço das edições originais. A segunda, mais comum e generalizada nas áreas de ciências humanas, é a cópia reprográfica de capítulos dos livros-texto, muitas vezes já separados e compondo as chamadas “pastas do professor”, disponibilizadas em copiadoras na maior parte instaladas dentro das universidades ou nos centros acadêmicos, constituindo um negócio artesanal, mas que, uma vez generalizado, resulta em prejuízos consideráveis para os autores – que perdem a renda dos direitos autorais – e as editoras. Essa segunda versão evoluiu para a construção de sites que disponibilizam gratuitamente textos em formato PDF (alguns pagos, mas boa parte colaborativa e gratuita).

A indisponibilidade de acesso aos textos indispensáveis para os alunos gera uma demanda que precisa ser resolvida de qualquer maneira. A solução ideal estaria atrelada à luta pelas melhores condições de ensino e pesquisa, com eliminação de entraves burocráticos e aumento das verbas. Como certamente isso é mais difícil, surgem as condições para o crescimento da pirataria.

O segmento mais dinâmico de difusão do conhecimento técnico-científico acontece através das revistas científicas, com percursos editorialmente complexos de submissão e aprovação dos textos por revisores capacitados e sujeitos à palavra final de equipes editoriais. Esse é um processo trabalhoso e caro. A publicação impressa dessas revistas hoje praticamente inexistente, substituída pelas edições on-line acessíveis

através de assinaturas – como eram, aliás, os periódicos impressos.

Os grandes grupos editoriais da área STM, que já trabalhavam em grande medida com assinaturas institucionais (empresas, universidades, fundações de amparo à pesquisa e congêneres), passaram a desenvolver seus esforços na venda das assinaturas digitais – e conseguiram. No Brasil, através da Capes e do CNPq, as universidades federais – alunos e professores – têm acesso a essas publicações.¹⁰ Mas as universidades particulares (salvo poucas exceções) não se dão ao trabalho de fazer as assinaturas. Algumas delas, entretanto, já aderiram a programas desenvolvidos pelas editoras de STM para disponibilizar textos licenciados para seus alunos. São “pastas do professor” em formato eletrônico, prontas para download pelos alunos de cada curso. As mais caras e sofisticadas já incluem um notebook ou tablet no pacote de mensalidades, com funções que permitem anotação nos textos.

¹⁰ Trata-se de assinaturas caras, mas negociadas pelos governos, que as transformam em benefício para a formação profissional. Há outro porém na questão das assinaturas: os bancos de dados estão no exterior, e os metadados de pesquisa (apesar dos juramentos de confidencialidade dos editores) são por si só fontes de informações valiosas sobre os programas de pesquisa das universidades ou de grandes empresas. No tempo em que a Petrobras fazia pesquisa de vanguarda, o levantamento de dados sobre os temas consultados pelos geólogos da empresa talvez tenha permitido deduções interessantes sobre os rumos da exploração de petróleo em águas profundas, para citar só um exemplo. Quem acredita em Papai Noel e no coelhinho da Páscoa pode achar que isso passa batido pelo radar dos arapongas de outras empresas e de grandes interesses geoestratégicos.

Para as universidades públicas, na área STM, a pirataria se concentra nos livros-texto de cursos, que podem entrar nos esquemas de comercialização de PDFs, nesse caso com a qualidade ainda pior, geralmente sem as fotos e tabelas coloridas dos textos originais, além de capítulos de livros esgotados ou no catálogo das editoras.

A pirataria de textos universitários é revestida de um conceitual sofisticado, que parte da difusão livre do conhecimento adquirido socialmente e do direito de saber, que se veria prejudicado pelo formato comercial do sistema de edição. Como explicita a professora Laura Erber, em artigo recentemente publicado no Suplemento Cultural do *Diário de Pernambuco*:

O diálogo de surdos sobre o tema envolve de um lado as corporações editoriais, que se limitam a reafirmar as leis de direito autoral, sem nem sequer considerar que os cursos universitários trabalham muito mais com capítulos que com livros inteiros. Negligenciam assim o quanto haveria a ser feito nesse sentido em termos comerciais, com a venda de capítulos avulsos a preços módicos ou a venda de pacotes de passes de acesso a capítulos em separado por meio de chaves institucionais especialmente elaboradas para o uso de estudantes e professores.¹¹

¹¹ Ver em: “Entre o acesso e o consumo: direito de saber, pdfs, mutações no mercado editorial”, Suplemento Pernambuco, dez. 2020. Disponível em: <<https://www.suplementopernambuco.com.br/artigos/2597-entre-o-acesso-e-o-consumo-direito-de-saber,-pdfs,-mutações-no-mercado-editorial.html>>.

Como vimos, a indústria editorial já vem se preparando para o licenciamento de uso de trechos (capítulos) de livros, sobretudo na área STM. Só que, como bem lembra Laura Erber, esse diálogo se torna completamente opaco, em particular no que se refere a livros-texto e, de forma mais específica ainda, no segmento das ciências humanas e das artes. O acesso às pesquisas publicadas nas revistas especializadas já existe de forma gratuita para professores e alunos de todas as universidades federais, e acredito que para a maioria absoluta das universidades estaduais. Os mais prejudicados em tudo são os alunos das instituições particulares, em especial das que mais dependem de bolsas e subsídios do Prouni para manter a rentabilidade, porém que nem sempre adquirem as assinaturas de revistas científicas, e que atualizam as bibliotecas de modo ainda mais precário, sobretudo para as áreas de ciências humanas e sociais.

Além das assinaturas de revistas científicas, não há políticas públicas de acesso aos livros universitários. O MEC estabelece um critério quantitativo de exemplares para as bibliotecas no momento das avaliações, mas não fiscaliza a qualidade e adequação dos livros, e não está previsto nenhum quantitativo efetivo da relação exemplares-alunos para atendimento dos matriculados.

Vale um pouco de história.

Quando foi fundada, em 1992, a Associação Brasileira de Direitos Reprográficos (ABDR) estava fun-

damentada principalmente na tradição europeia de gestão de direitos reprográficos, cujo exemplo mais bem-sucedido era a norueguesa Kopinor, que administrava o conjunto de licenciamentos do país. Esse licenciamento incluía até o direito de reprodução de textos religiosos nas publicações dominicais das igrejas e as verbas designadas pelo Estado para pagamento por empréstimos feitos nas bibliotecas públicas. Sim, vários países europeus já têm essa previsão. O sucesso da Kopinor era tamanho que, além de distribuir os direitos devidos a autores e editoras, ela chegou a ter um banco destinado a financiar o mercado editorial e livreiro.

A Kopinor não era a única, e existe uma associação internacional de sociedades de gerenciamento de direitos reprográficos que chegou a realizar um de seus encontros no Brasil, a International Federation of Reprographic Rights Organizations.

A iniciativa de criação da ABDR é anterior à promulgação da atualização da Lei de Direitos Autorais (lei nº 9.610/98), mas esta deu maior impulso à associação. A ABDR, entretanto, estava muito mais focada no estímulo ao licenciamento, e a aparição da nova lei foi vista como um meio de alavancar a adesão a essa forma de administração do problema das cópias não licenciadas. Havia uma clara compreensão de que a simples repressão era improdutiva, e de que o problema era real para os estudantes, já que a simples repressão só teria como resultado acirrar os ânimos contra autores e editores.

Essa história está contada em detalhes em um post publicado no blog O Xis do Problema,¹² e não vou repeti-la aqui. O fato é que o projeto original da ABDR foi destruído na gestão do sr. Oswaldo Siciliano na CBL, após a fusão com uma dissidência que advogava a repressão como forma de combater as cópias não licenciadas – embora posteriormente algumas das editoras que defendiam essa posição passassem a licenciar trechos de seus livros no site Pasta do Professor.¹³ A Pasta do Professor, entretanto, abrange apenas um pequeno número de editoras (Grupo A, Grupo Gen-Atlas, Manole e Saraiva), e não existe mais o élan de convencer o conjunto das editoras a licenciar trechos de livros. As casas editoriais que fazem parte desse consórcio abrangem boa parte das publicações de livros técnicos, inclusive de direito, mas ainda há muita coisa de fora, e é praticamente total a ausência de editoras que publicam ciências humanas e sociais.

E aí volta a surgir o problema dos sites de PDFs não autorizados, objeto, mais uma vez, da ação repressiva da ABDR.

O licenciamento organizado, com preços acessíveis, pode ser contratado coletivamente por universidades e empresas, inclusive pelos programas do CNPq e das fundações estaduais de amparo à pesquisa.

¹² Ver: “Reprografia, direito autoral e licenciamento: para lembrar da história”. O Xis do Problema, 14 mar. 2012. Disponível em: <<http://oxisdo-problema.com.br/?p=867>>.

¹³ Disponível em: <<https://www.pastadoprofessor.com.br/>>.

Só que, como assinala a professora Laura Erber, a discussão ampla e séria a respeito do assunto inexistente, e a responsabilidade por isso deve ser igualmente distribuída entre os interessados: CNPq/Capes, universidades (inclusive os órgãos representativos do conjunto das universidades públicas e particulares), professores (inclusive suas representações corporativas), estudantes, editoras e autores. A mobilização de autores e editoras deve ser iniciativa da própria ABDR, da CBL e do Snel – e da miríade de outras entidades que supostamente representam segmentos do setor editorial –, de modo a superar o que considero uma falsa disjuntiva: soterrar o problema do acesso ao conhecimento e da qualidade do ensino superior na discussão que pretende encarar os direitos autorais e os investimentos das editoras.

Vale uma palavra final sobre o PDF. O formato é o mais antigo. Como foi desenvolvido para tonar portáteis os documentos de escritório, não permite a ampliação das letras, deixando o formato original intocado. Desse modo, a publicação em PDF depende de um trabalho de edição e formatação adicionais para a leitura confortável.

A suposta inviolabilidade do conteúdo também inexistente. Além do próprio programa da Adobe (a inventora do formato), são vários os programas que transformam o conteúdo do PDF em um simples arquivo .txt, word ou algum outro formato aberto, o que compromete a integridade das citações e abre a possibilidade de novas contrafações. Eu mesmo te-

nho três programas legais e registrados que fazem isso sem nenhuma dificuldade. Os formatos disponíveis para os livros eletrônicos (como o AW3, derivado do mobi, o Epub 2 e 3 e o HTML5) para publicações digitais são infinitamente superiores em flexibilidade, adaptabilidade aos aparelhos disponíveis ou à disponibilização e... podem ser arquivados na nuvem – como geralmente são – no formato PDF. Afasta-se assim o fantasma da desatualização dos formatos de acesso. Há um artigo de Pedro Milliet que aborda inclusive a iniciativa pioneira do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) de disponibilizar livros acessíveis para os usuários do programa de livros didáticos.¹⁴

O problema real, a meu entender, passa pelos seguintes pontos:

1. O acesso básico ao conhecimento universal é o papel central, primordial e insubstituível das bibliotecas (públicas, especializadas e universitárias). Eludir essa questão não resolve nenhum problema.

2. Na perspectiva mais imediata, tornam-se necessários o debate e a busca de solução para o problema dentro do âmbito das bibliotecas e em atenção aos alunos. É preciso que editoras, autores, órgãos governamentais, professores e alunos participem da formulação de políticas públicas que encaminhem o assunto. E que elas sejam implementadas.

¹⁴ Pedro Milliet. “PNLD 2023 – O formato do livro digital: EPUB3 x HTML5 (LPF e PWA)”. Fênix Editorial, 14 dez 2020.

A Feira de Frankfurt de 1994

Outra questão com a qual estive muito envolvido foi a participação do Brasil como convidado de honra da Feira do Livro de Frankfurt que aconteceria em 1994. Peter Weidhaas, o presidente da empresa que organiza a Feira (subsidiária da Associação de Editores e Livreiros da Alemanha), amigo de Alfredo Weiszflog, que fora presidente da CBL de 1985 a 1989, desde que assumiu o cargo havia dado uma nova dinâmica ao evento. A Feira de Frankfurt, é a mais antiga feira de livros do mundo, existe desde a Idade Média como centro de comércio, inclusive de manuscritos. Em 1454, Johann Gutenberg vendeu praticamente a primeira edição da sua Bíblia (que consta como marco inicial da invenção da imprensa de tipos móveis, embora a tecnologia já viesse se desenvolvendo paulatinamente por séculos)¹⁵ na Feira daquele ano. A partir de então, com a rápida expansão da tecnologia, a Feira de Frankfurt se transformou em centro europeu e mundial de difusão de livros impressos,¹⁶ e continuou a crescer (alternando esse papel com Leipzig) até a ascensão do nazismo, colapsando na Segunda Guerra Mundial e renascendo em 1948. Em 1968 a Feira de Frankfurt organizou um festival de literatura latino-americana (basicamente em espanhol) que

¹⁵ Albert Kapr. Op. cit.

¹⁶ Alfred Pettegree. *The Book in the Renaissance*. New Haven: Yale University Press, 2010.

deu início à famosa explosão da literatura em espanhol, escrita e publicada a partir dos países hispano-falantes das Américas e da Espanha. Peter Weidhaas esteve envolvido no projeto desde o início, e em 1975 foi nomeado diretor da empresa subsidiária da Associação Alemã de Editores e Livreiros.

Alfredo Weiszflog, presidente da Editora Melhoramentos e de ascendência alemã, frequentava a Feira desde a juventude e tornou-se amigo de Weidhaas. Já por volta de 1990 foi sondado, ainda extraoficialmente, para eleger o Brasil como convidado de honra de uma das edições. O embaixador Wladimir Murtinho, chefe do Departamento Cultural do Itamaraty, articulou habilmente o assunto nas esferas oficiais e finalmente, por volta de 1992, o convite formal foi feito e aceito pelo então secretário nacional de Cultura, embaixador Sérgio Paulo Rouanet: o Brasil seria o convidado de honra da edição de 1994 da Feira do Livro de Frankfurt.

Como se tratava de evento oficial, com compromisso firmado pelo governo federal, a comissão organizadora era integrada pelos ministérios das Relações Exteriores e da Cultura, pela CBL e pelo Snel. A CBL foi escolhida como secretária-executiva do projeto e instituiu uma ampla comissão que tinha um grupo executivo sob a responsabilidade de Alfredo Weiszflog, com a participação ativa e positiva de Regina Bilac Pinto, representante do Snel, e formado por mim e por Julio Heilbron, presidente da empresa escolhida como executora do projeto, a Empresa de Marketing

Cultural (EMC). A EMC e Julio Heilbron já haviam organizado várias e importantes exposições internacionais, e essa expertise foi fundamental para conseguir realizar o que programamos.

Relatei essa experiência em uma série de artigos que publiquei no blog O Xis do Problema em 2011, quando já se estava preparando, anos mais tarde, a segunda homenagem ao Brasil em Frankfurt, em 2013. Na série de posts já mencionados relato desde a oficialização do evento até o balanço final, rumo a 2013. São textos grandes, alguns bens detalhados, de modo que não vou repetir aqui o conteúdo. Quem desejar pode consultá-los facilmente. Mas relaciono-os a seguir.

Post 1. Apresentação do tema: <<http://oxisdoproblema.com.br/?p=415>>. O destaque fica nas observações que Peter Weidhaas fez em seu livro *See You in Frankfurt*,¹⁷ sobre a participação do Brasil, lamentando o fato de Josué Montello (então presidente da ABL) ter feito o discurso de abertura, e a respeito de uma visão equivocada sobre os gastos do evento, comentada no decorrer de vários dos posts.

Post 2. Construindo parcerias: <<http://oxisdoproblema.com.br/?p=455>>. Montagem do programa, o cardápio de ofertas. “Brasilien, begegnung von kulturen” (“Brasil, encontro de culturas”). A estratégia de montar os eventos de Frankfurt/94 foi oferecer um

¹⁷ Peter Weidhaas. *See You in Frankfurt*. Tradução de Lawrence Schoffer. Nova York: Locus Publishing, 2010, pp. 239-40.

cardápio de alternativas para que as instituições culturais alemãs, especialmente as da área de Frankfurt, escolhessem, dentre elas, a que melhor se adequasse à sua programação, tornando-as parceiras (e não simples locadoras) dos eventos programados, o que permitiu uma divulgação muito melhor e uma significativa diminuição de custos.

Post 3. Do planejamento à execução: <<http://oxisdoproblema.com.br/?p=466>>. Itamaraty, Fernando Henrique Cardoso e Celso Amorim. A dança dos ministros da Cultura. A execução do projeto, entretanto, foi difícil. O Itamaraty cumpriu a promessa feita pelo então chanceler FHC; o ministro Celso Amorim injetou o milhão de dólares prometido e designou uma equipe de diplomatas para acompanhar tudo. Já a Cultura passou por uma ciranda de titulares (Sérgio Paulo Rouanet, Antônio Houaiss, Jerônimo Moscardo e finalmente Luiz Roberto do Nascimento e Silva). O lado positivo foi a atuação da Biblioteca Nacional, presidida por Affonso Romano de Sant'Anna e com Márcio Souza como diretor do DNL. Destaque para a instituição do Programa de Apoio às Traduções, a única política pública instituída na época (pela Fundação Biblioteca Nacional, FBN) e que tem continuidade até hoje.

Post 4. Autores antes da Feira: <<http://oxisdoproblema.com.br/?p=491>>. Programação da presença de autores *antes* da Feira. Uma lista de sessenta autores entre mais de trezentos, de todos os gêneros, todos os Estados e todas as afiliações literárias, foi enviada

para a Haus Der Kulturen Der Welt, que contactou cidades alemãs que escolheram os autores que desejavam receber, pagando passagens de trem, hospedagem, tradutores e cachês. Mas a imprensa deu sua contribuição para esculhambar o esforço, em uma busca incansável de lamentar a ausência de “grandes nomes” – o que não era verdadeiro – e coisas do gênero. Alguns autores deram exemplo de desprendimento e jovialidade nas viagens. Já outros...

Post 5. Caipirinha, samba e mulatas: <<http://oxisdoproblema.com.br/?p=512>>. Os estereótipos também fazem parte da imagem do país. Se fosse só isso... O que se falou de caipirinha e mulatas na Feira quase supera o que se falou de literatura. Mas houve aspectos folcloricamente positivos. Mario Amato, então presidente da Fiesp, não contribuiu financeiramente, mas deu à organização cem caixas (1.200 garrafas) da cachaça que fabricava, e que foram usadas também para pagar contas em Frankfurt (além de virar caipirinhas, claro).

Post 6. Autores na muvuca: <<http://oxisdoproblema.com.br/?p=529>>. A imprensa (e alguns editores) participou do festival de egos das listas de convidados. Inclusive quem havia sido convidado e não aceitou e depois disse que não havia recebido convite. Coisas do ego de autores e editores, fenômeno, infelizmente, não só brasileiro. Quem quiser nomes que procure pelos cantos, como as crianças procuram ovinhos da Páscoa.

Post 7. De 1994 a 2013: <<http://oxisdoproblema.com.br/?p=549>>. O Brasil de 1994, o de 2011, 2013 e o de agora. “Uma enorme porta se abria para a difusão

não apenas dos autores brasileiros, mas da nossa cultura e da vitalidade do país, que se expressava no lema “Um encontro de culturas”. Ela não foi aproveitada, nem na época nem em 2013. Só o programa de bolsas subsiste.

Uma parte das exposições foi reutilizada, em 1995, para a participação do Brasil como convidado de honra da Feira Internacional do Livro de Bogotá.

Ainda tomei parte também, com menor intensidade, da programação do Brasil na mais importante feira de livros da América Latina, a FIL-Guadalajara.

As três experiências nas quais participei diretamente (e a Feira do Livro de Frankfurt em 2013, quando o Brasil foi homenageado pela segunda vez, a que só assisti e que integrei em outro programa, do qual falarei adiante) me deixaram sempre diante da mesma e triste conclusão: fazemos ótimas festas e temos grande presença nesses eventos. Mas, como nos sonhos, os resultados se esvanecem na falta de continuidade de políticas públicas de difusão da literatura brasileira no exterior, assim como acontece com outras tentativas que se esboçam para desenvolver o acesso ao livro e à leitura no Brasil.

Divulgação da literatura brasileira no exterior

As feiras internacionais levam diretamente à questão mais ampla da divulgação da literatura brasileira no exterior. O sucesso das participações do Brasil em

Frankfurt e em outras feiras internacionais de livros, assim como em grandes feiras e exposições internacionais, mostra o prestígio desfrutado pelo país em diferentes momentos (quando não se orgulhava de ser um pária internacional) e confirma que haveria condições de inserção muito mais ativa do país.

A própria estrutura do Itamaraty, entretanto, desencoraja essa pretensão. Segundo o site do Ministério das Relações Exteriores (MRE), a área cultural do Ministério está organizada como se descreve a seguir. O Departamento Cultural e Educacional do Itamaraty, responsável pela difusão da cultura brasileira no exterior, está dividida em três unidades.

1. A Divisão de Temas Educacionais e Língua Portuguesa (Delp) promove a difusão da língua portuguesa na sua vertente falada no Brasil, bem como coordena a gestão da Rede Brasil Cultural, formada por Centros Culturais Brasileiros, Núcleos de Estudos Brasileiros e Leitorados. A Delp é também responsável pelos temas ligados à cooperação educacional oferecida pelo Brasil e recebida de outros países, organismos internacionais ou agências estrangeiras; ela participa da negociação e acompanha a execução de acordos referentes a cooperação educacional; divulga oportunidades de bolsas de estudos oferecidas a brasileiros no exterior e a estrangeiros no Brasil.

2. A Divisão de Ações de Promoção da Cultura Brasileira (Dcult) difunde e promove a cultura e a arte brasileiras em suas múltiplas e diversas vertentes.

tes, e participa da negociação e da implementação de acordos bilaterais de cooperação cultural.

3. A Divisão de Temas Internacionais Culturais (Dinc) responde pelos temas de cultura tratados em organismos multilaterais, como Unesco, Mercosul, Unasul, OEA, Celac e OEI.¹⁸

Como pode-se ver no site, a Delp se dedica exclusivamente ao ensino da variante brasileira do português. São 25 Centros Culturais Brasileiros, mais três Núcleos de Estudos Brasileiros (versões menores dos centros) e aproximadamente 25 Leitorados (professores visitantes) em universidades do exterior (o site não informa quais).

A divisão que mais se aproximaria de um instrumento de ação cultural no exterior é a Dcult. No entanto, examinando mais de perto essa estrutura, verifica-se que o instrumento institucional é o Programa de Ação Cultural e Educacional dos Postos (Pacp), que “avalia quais manifestações culturais podem despertar maior curiosidade no país em que estão sediados e submetem proposta de programação cultural à avaliação da Dcult”. Em resumo, os postos diplomáticos não aplicam uma ação política definida e gerada pelo MRE para ser adaptada e aplicada como instrumento de política externa. A premissa é o reverso. E a experiência observada indica que os

¹⁸ Ver: MRE. “Diplomacia cultural e educacional”. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/diplomacia-cultural-mre/19484-diplomacia-cultural#delp>>.

programas elaborados pelos postos (quando existem) respondem muito mais às preferências intelectuais, artísticas e culturais dos chefes de missão do que a um planejamento proativo de difusão cultural gerado na chancelaria. Evidentemente, alguns postos desenvolvem programas de grande importância e de caráter abrangente. Observa-se mais comumente, entretanto, que os projetos privilegiados refletem as peculiaridades dos titulares: se gostam de literatura, mais ações nessa área; se de música, mais atividades ligadas ao segmento, e assim sucessivamente.

Isso não é política cultural do MRE. É a política de reboque aos interesses dos embaixadores ou cônsules gerais, na melhor das hipóteses.

Mais recentemente, outra agência do governo federal assumiu algumas funções na difusão da literatura brasileira. É a Agência de Promoção de Exportações (Apex), órgão vinculado ao Ministério da Indústria e Comércio e ao chamado “Sistema S”. A Apex assinou um convênio com a CBL para a constituição de um programa intitulado Brazilian Publishers, que subsidiava os estandes das editoras brasileiras nas principais feiras e edita um catálogo em inglês com os livros ofertados pelas editoras que fazem parte do programa. O Brazilian Publishers procura também incentivar a venda de direitos de autores brasileiros, através das editoras. É um programa interessante e com aspectos muito positivos (existe desde meados do governo Lula), mas não encarou duas questões importantes: a) insiste na exportação de livros impressos, o que na

prática é inviável, por conta dos custos de transporte; 2) não inclui, que eu saiba, no programa de vendas de direitos, o apoio aos agentes literários, que têm papel fundamental no que se consegue vender de direitos no exterior.

Além disso, a insignificante modéstia desses instrumentos é patente quando se observa o que fazem outros países, inclusive alguns menores que o Brasil.

1. França: o país dispõe de dois instrumentos de ação cultural no exterior. A Alliance Française, fundada em 1883, é o mais antigo e espalhado; são mais de oitocentas em 137 países. O segundo instrumento é o Institut Français, que o Ministério do Exterior declara ser o “motor das ambições de soft power da França”. O Institut Français é de fundação mais recente (2010), financiado pelo governo e está presente em todos os países com os quais a França mantém relações diplomáticas.

2. Alemanha: o Instituto Goethe é o braço de atuação do governo alemão na área cultural. Fundado em 1951, é financiado pelo Ministério das Relações Exteriores. O site do Goethe afirma ter mais de 170 mil alunos e participantes de atividades em seus centros espalhados por oitenta países.

3. Espanha: o Instituto Cervantes em 2013 alcançou um orçamento de quase 90 milhões de euros (dos quais 68% foram transferências orçamentárias e o resto resultante dos ingressos dos cursos de espanhol). Está presente em 86 cidades de 43 países de todos os continentes, e os números do exercício de 2013

são impressionantes: 15.336 cursos de espanhol (entre gerais e especiais e de formação de professores), com um total de 237.937 alunos. A rede conta com sessenta bibliotecas e um acervo de 1.250.694 volumes. Os centros do Instituto Cervantes apresentaram, em 2013, 2.422 projeções de filmes, 384 concertos, 527 conferências, 168 colóquios, 129 mesas-redondas, além de representações teatrais, semanas culturais, oficinas e outras atividades.

4. Portugal: o Instituto Camões, que, além das atividades culturais, assumiu, desde alguns anos, a função de agência de cooperação do governo português e de promoção da língua e da cultura de Portugal no exterior. São 38 centros de língua portuguesa, mais 35 cátedras espalhadas por todos os continentes. A Rede Camões apresenta 785 pontos, entre centros culturais, cátedras, atividades conveniadas e outras formas de atuação. O Instituto Camões está integrado à estrutura do Estado, no Ministério dos Negócios Estrangeiros.

O caso de Portugal é exemplar. O PIB do país equivale aproximadamente a menos de 10% do PIB brasileiro, menor mesmo que o PIB do estado do Rio Grande do Sul.¹⁹ Por isso mesmo, comparar os 785 pontos de ação do Instituto Camões com o que o Brasil apresenta em termos de ações continuadas denota simplesmente que nosso país pensa pequeno e age pequeno em termos de política externa na área

¹⁹ Ver: <<http://oxisdoproblema.com.br/?p=2352>>.

da cultura. Essa comparação desmerece totalmente o discurso sobre a importância da projeção internacional do Brasil. Equivale, sim, ao “objetivo” de reconhecer que o país se orgulha de ser um pária no panorama internacional.

Para além da questão geral de difusão da cultura brasileira, existe a questão mais objetiva da difusão da literatura e dos autores brasileiros no exterior.

Em 2013, publiquei um longo post²⁰ sobre o assunto, provocado até por vozes que reclamavam dos recursos que o governo estava aplicando para a presença brasileira em Frankfurt naquele ano. O post discute extensivamente as questões que vêm desde o mito do “caráter internacional” da língua portuguesa. Cerca de três quartos de todos os falantes de português somos nós, brasileiros, seguidos dos portugueses, óbvio – aproximadamente 10 milhões de habitantes –, e *das elites* dos países africanos de idioma oficial português, mas não o conjunto dessas populações.

Podemos calcular, *grosso modo*, algo entre 3 e 9 milhões de brasileiros que vivem no exterior (ninguém sabe ao certo), o que certamente não qualifica nosso idioma como internacional. No entanto, esses brasileiros constituem um alvo que deveria ser importante nas ações e na exportação de conteúdos literários. O Itamaraty promove a criação de conselhos com represen-

²⁰ Felipe Lindoso. “Literatura brasileira no exterior: problema dos editores?”. O Xis do Problema, 9 maio 2013. Disponível em: <<http://oxisdo-problema.com.br/?p=1744>>.

tantes dessas comunidades nos países e cidades onde se constata maior fluxo de emigrados. Mas acredito que seja necessária uma ação mais afirmativa – e continuada – no âmbito cultural, particularmente o literário, para manter e fortalecer as ligações desses brasileiros (inclusive das gerações seguintes de descendentes) com o país. Mais uma vez, os esforços dos institutos Camões e Cervantes são significativos nessa área.

Seguindo as indicações de Pascale Casanova em *A república mundial das letras*,²¹ examino a importância dos escritores dentro desse concerto mundial, a predominância avassaladora do inglês e a necessidade de um conjunto de políticas públicas para que as vozes dos autores brasileiros possam fazer parte dessa discussão. A ausência de nossos autores, mais que nada, empobrece o diálogo internacional. Como eu já disse, o único programa que subsiste, ainda que modestamente, é o de bolsa de traduções.

Participei de mais duas iniciativas de difusão da literatura brasileira no exterior. A primeira foi no Conexões Itaú Cultural: Mapeamento Internacional da Literatura Brasileira.

O Conexões Itaú Cultural nasceu de uma pergunta simples: quem são as pessoas envolvidas com a literatura brasileira no exterior? Onde estão, o que fazem, onde trabalham? A pergunta foi feita por Claudiney Ferreira, responsável pela área de literatura – e

²¹ Pascale Casanova. *A república mundial das letras*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

muito mais – do Itaú Cultural, a João Cezar de Castro Rocha, professor da Uerj que havia comentado o aumento do número de professores e pesquisadores de literatura brasileira no exterior. Claudiney Ferreira e o Itaú Cultural resolveram montar o Conexões, e ele me convidou para ser o outro curador, juntamente com João Cezar de Castro Rocha.

Mas a pergunta do Claudiney não nasceu de uma curiosidade súbita, em 2007. Há anos ele trabalhava sobre o assunto, ainda que de forma indireta. Em 1994, quando ainda produzia o programa radiofônico *Certas Palavras*, juntamente com Jorge Vasconcellos, fez a cobertura da participação brasileira na Feira de Frankfurt. Antes disso, a dupla participou da criação e da programação do primeiro Salão de Ideias.

João Cezar de Castro Rocha, por sua vez, é um dos mais prestigiados professores de literatura comparada do país, titular da Uerj e com estadas como professor-visitante em universidades importantes dos Estados Unidos e da Europa.

O Conexões Itaú Cultural consiste basicamente em três linhas de atividade. A primeira é a construção de um banco de dados com informações sobre esses pesquisadores, professores e tradutores que trabalham no exterior com literatura brasileira. Em que instituições estão, qual o seu país de origem, seus interesses e linhas de pesquisa. O banco de dados,²² com quase

²² Ver: Conexões/Itaú Cultura. Disponível em: <<https://conexoesitaucultural.org.br/banco-de-dados/>>.

350 mapeados em 46 países e quase 170 instituições, é de acesso gratuito e já serviu de base para a elaboração de vários artigos publicados no site do programa, que é sua segunda linha de atuação. A terceira linha é a organização de encontros com professores, pesquisadores, tradutores e escritores que se reúnem para apresentar contribuições sobre os diferentes temas de cada encontro. Já foram feitos dois encontros no exterior, um em Madison, nos Estados Unidos, e outro em Santiago de Compostela, na Galícia, Espanha, em parceria com as universidades locais.

Em 2012, quando se confirmou a participação do Brasil pela segunda vez como país homenageado na Feira de Frankfurt, sugeri a Galeno Amorim – então presidente da FBN e que chefiava o comitê organizador do evento – e ao Itaú Cultural o lançamento de uma publicação com excertos de traduções de autores brasileiros com direitos autorais disponíveis para o exterior. Eu sabia que essa era a prática de alguns agentes internacionais e de algumas editoras. E assim se deu minha segunda participação.

Quem já foi à Feira de Frankfurt profissionalmente sabe que agentes e editores trabalham freneticamente para apresentar os livros, decidindo na hora se lerão ou não posteriormente algumas das ofertas. Mas é inútil tentar levar os livros em português para essas apresentações. Além de pouquíssimos editores lerem no nosso idioma, papel pesa. E excesso de bagagem é caro. Vi editores rasgarem as páginas que lhes interessavam nos catálogos apresentados de modo a dimi-

nuir o peso do que tinham de carregar de volta para seus países. A solução é cada vez mais o uso de meios eletrônicos para os resumos e mesmo para o posterior envio de originais.

Minha proposta era produzir uma publicação exclusivamente on-line, deixando com agentes e editoras apenas uma página com as indicações desses links. Os textos deveriam estar traduzidos para o inglês ou espanhol (houve uma edição com traduções para o alemão, no ano da homenagem ao Brasil, e outro com textos em francês, no ano em que o país foi homenageado no Salon du Livre de Paris). A Imprensa Oficial de São Paulo entrou também como parceira e chegou a publicar três números em papel (na minha opinião, inúteis, mas...).

A seleção dos autores era feita por atribuição de pontos por parte de uma comissão integrada por representantes das duas instituições (FBN e Itaú Cultural), mais um grupo de professores, jornalistas e mesmo editores (que não podiam apresentar livros). Os pontos eram dados por essa comissão e tabulados, e os vinte (eventualmente vinte e um) com maior pontuação eram publicados.

Os excertos de tradução deveriam ter uma qualidade razoável, que permitisse formar uma ideia do conteúdo e da qualidade da obra. Não se tratava de apresentar traduções acabadas, até porque os editores poderiam ser de qualquer país e publicar em qualquer idioma. Inglês e espanhol são as línguas francas do mercado internacional. As traduções se-

leccionadas eram ainda revisadas por tradutores nativos dos idiomas, que podiam vetar (e efetivamente vetaram algumas) as que não tivessem o padrão mínimo de qualidade.

Importa destacar que nem a FBN nem o Itaú Cultural tinham qualquer participação em eventuais negociações, que eram feitas diretamente pelos interessados (os endereços físico e eletrônico dos detentores dos direitos eram publicados na seção de informações de cada texto, junto com trechos ou referência de resenhas). Os textos podiam ser de ficção ou ensaio.

Editei seis dos sete números da revista e apresentei-a em eventos de algumas das feiras internacionais, junto com Claudiney Ferreira ou João Cezar de Castro Rocha (aproveitávamos para falar também do Conexões).

A revista publicou, em seus sete números, 143 excertos de traduções de autores brasileiros, a maioria em inglês, seguido de espanhol, com algumas em francês e alemão.

Depois de sete números, o Itaú Cultural decidiu não continuar participando, e a Biblioteca Nacional não dispunha de recursos (embora as despesas fossem apenas a remuneração do editor e eventualmente os gastos de presença em feiras para os lançamentos). Não consegui achar outros patrocinadores. Os números editados podem ser encontrados no site da Biblioteca Nacional.²³ *A Machado de Assis Magazine*

²³ *Revista Machado de Assis*, n. 7, 2025. Disponível em: <<https://www>.

tinha um site, que foi desativado, com design próprio de Bruno Thofer²⁴ e uma interessante caricatura de Machado de Assis desenhada por Emilio Damiani.²⁵

Mais uma iniciativa que ficou pelo caminho...

*Lei do livro, desoneração das editoras,
direitos autorais e outras aventuras legais*

Enquanto trabalhei na CBL, eu fazia questão de assinar o *Diário Oficial da União*. E minha primeira tarefa diária era dar uma olhada no que fora publicado nos ministérios da Educação e da Cultura, além de uma espiada geral no que fosse sancionado e vetado na legislação. Do mesmo modo, os sites da Câmara e do Senado têm mecanismos de alerta para a tramitação de temas específicos. Lá me cadastrei para saber o que aparecia sobre livros, editoras, cultura em geral e, muito especialmente, censura ou imposição de obrigações.

Eu considerava que era parte das minhas obrigações como diretor de relações institucionais da CBL antecipar possíveis problemas. Havia guardado essa recomendação de um velhíssimo manual de jornalismo, que citava vários exemplos de matérias que haviam sido produzidas a partir da atenção que o jornalista prestava

bn.gov.br/producao/publicacoes/revista-machado-assis-numero-07>.

²⁴ Ver: <<https://estudioiuni.wordpress.com/>>.

²⁵ Ver: <<https://gramatologia.blogspot.com/2008/02/emilio-damiani.html>>.

a essas chatas e maçantes fontes oficiais. E é inimaginável a quantidade de coisas que aparecem.

O assunto é sério. Constatei que sempre estão tramitando no Congresso (Câmara e Senado) pelo menos umas quinze propostas estabelecendo algum tipo de censura. Suas excelências não se cansam de suas tentativas de impedir a circulação de livros “maus”, apesar da vedação constitucional explícita. Geralmente o assunto morre na Comissão de Constituição e Justiça, precisamente pelo conteúdo inconstitucional.

Outro assunto que volta com bastante frequência são as tentativas de suas excelências de bancarem os ambientalistas sem saber o que fazem. Querem que uma porção de livros seja impressa em papel reciclado. Tolinhos... O papel de imprimir e escrever reciclado não é mais que um truque dos próprios fabricantes de papel para aproveitar suas aparas de corte que, misturadas a aparas de primeira (livros e papel de escrever picado, por exemplo), viram papel A4 ou tamanho ofício (e os respectivos envelopes, claro) vendido por preço mais alto para os “ecologicamente conscientes”. Na verdade, o Brasil tem altíssimo índice de reciclagem de papel (e de latinhas de alumínio) por causa de dois fatores: a pobreza, que recruta um exército de catadores; e, no caso do papel, fabricação de caixas e embalagens. Quanto mais intensa a atividade econômica, maior a fabricação de caixas, a ponto de, em alguns momentos do governo Lula, chegar-se a cogitar na importação de lixo para reciclar aqui. Por isso é bom ficar de olho.

A discussão sobre os “desertos verdes” – as plantações de eucaliptos e pínus para produção de celulose e papel – é pertinente, mas o processo de fabricação em si já abandonou o uso de poluentes químicos, e não é, *per se*, daninho ao ambiente.

Outro ponto que volta e meia aparece é a tentativa de obrigar as editoras a imprimir uma porcentagem (varia sempre) de livros em braille. Suas excelências não sabem que a impressão em braille, embora continue a existir, perde velozmente espaço para os livros eletrônicos acessíveis. Isso foi objeto inclusive de um adendo à Convenção de Berna de Direitos Autorais, conhecida como Convenção Adicional de Marrakesh, que facilitou a circulação desses livros, sem recolher direitos autorais. Desde que o MEC passou a exigir que as editoras de material didático entreguem também CDs com o material no formato “Daisy” – e-books acessíveis, adequados para uso de deficientes visuais –, o número de alunos com deficiência visual aumentou enormemente, assim como os que prestam o Enem e ingressam nas universidades. Esses são processos práticos de inclusão nem sempre percebidos.

Houve um ano em que a combativa senadora Heloísa Helena, então do PT de Alagoas, apresentou um projeto desse tipo. Queria que 2% dos livros editados fossem em braille. E o projeto já fora declarado constitucional. Lá fui eu para Brasília. Encontrei a senadora, expliquei o assunto, inclusive com questões práticas: 2% de quê? Títulos ou tiragem? E quem iria decidir que títulos? Não adiantou nada. Heloísa He-

lena, que tem uma filha deficiente visual e recebia os votos de todos os deficientes visuais de Alagoas, continuou com seu projeto “imexível”, como diria o ministro do Collor.

Então procurei saber quem era o relator do projeto. Era um senador do Amapá, eleito no rastro do Sarney, conhecido como Tião Bala. Simpático, não? Fui ao gabinete do próprio, e o chefe de gabinete me conhecia. Expliquei a questão e ele me disse: “Lindoso, um senador não rejeita o projeto de outro, por mais absurdo que seja. Mas deixa que vou dar um jeito”. O jeito? O relator emitiu o parecer com uma emenda. Em vez de o projeto obrigar, passava a autorizar...

A legislação de direitos autorais há muito exime de pagamento as publicações destinadas aos deficientes visuais. No entanto, uma das dificuldades que havia era a proibição de exportação desse tipo de livro. Ou seja, livros produzidos no Brasil não podiam ser exportados para Portugal ou, pior ainda, para os outros países de língua oficial portuguesa, na África e na Ásia. Mais trágica era a situação do espanhol, por causa da maior fragmentação política dos países hispano falantes. Desse modo, criava-se uma barreira desnecessária para a atenção às necessidades dos deficientes visuais. O assunto foi resolvido com o chamado Acordo de Marrakech, um adendo à Convenção de Berna que permitia a exportação dos chamados livros acessíveis, que incluem não apenas as edições em braille como também outros formatos acessíveis aos deficientes visuais, como os impressos em tipos

de grande formato e, sobretudo, os livros eletrônicos especialmente destinados a esse público. Existe um consórcio internacional, constituído por editoras, órgãos de apoio aos deficientes (como a Fundação Dorina Nowill, no Brasil) e governos, com o objetivo de difundir padrões e normas comuns.

O que me leva à reflexão sobre o emaranhado legislativo. Existem leis que “pegam”, são para valer, leis “que não pegam”, com aplicação vaga e indefinida, e leis “para inglês ver”, manifestações de intenções (boas ou más) do senador ou deputado para com seus eleitores ou a opinião pública.

Exemplo de lei “para inglês ver”: há uma lei vigente (nº 12.244), aprovada em maio de 2010, que estabeleceu prazo de dez anos para que as escolas providenciem as bibliotecas escolares, com no mínimo um livro por aluno. Mas não estabeleceu nenhuma punição nem disse de onde viria o dinheiro (não dá para usar os recursos do Fundeb). Alguns membros do Ministério Público forçam a adoção de Termos de Ajuste de Conduta com as prefeituras, mas com uma base muito frágil. As excelências municipais podem alegar – e alegam – que não têm recursos, que falta espaço para instalar bibliotecas e o que mais pensarem. O que não deixa de ser verdadeiro. É uma tragédia típica das leis “para inglês ver”.

Aliás, o prazo acabou em maio de 2020...

Outra “lei”, uma Convenção Internacional que já foi ratificada pelo Brasil e, portanto, tem força de lei, infelizmente não aproveitada, é a Conven-

ção Sobre a Proteção da Diversidade das Expressões Culturais.

Essa Convenção tem nuances sobre o funcionamento das relações multilaterais que vale a pena examinar um pouco mais de perto.

A Convenção foi resultado de longas negociações que se formalizaram no âmbito da Unesco em 2003 e redundaram em sua adoção na Assembleia de 2005. Atualmente, ela já foi ratificada por mais de 140 Estados-membros. O Brasil teve papel importante nas etapas finais da negociação, mas sem dúvida os países que mais se destacaram nesse processo foram a França e o Canadá. É de se notar que os Estados Unidos até hoje não tenham ratificado a Convenção – abandonaram a Unesco, acompanhados de seus fiéis escudeiros do Estado de Israel – e busquem sabotar sua aplicação em todas as negociações comerciais, tratando de evitar a inclusão de várias cláusulas previstas nesse instrumento internacional.

Ao comemorar o décimo aniversário do estabelecimento da Convenção, em 2015, a Unesco encomendou a catorze especialistas internacionais, além do pessoal da administração da Convenção, um documento-síntese de análise dessa etapa, intitulado “Repensar as políticas culturais”. Infelizmente só consegui acesso ao resumo executivo, disponível em espanhol (por iniciativa do governo sueco!).²⁶ Os

²⁶ Unesco. “Repensar las políticas culturales”. Informe Mundial, 2015. Disponível em: <<https://en.unesco.org/creativity/sites/creativity/files/>

autores assinam cada uma das seções do documento. (Às vezes é bem difícil conseguir a íntegra desses documentos, a nossa representação na Unesco não reproduz nem traduz nada. É nossa diplomacia cultural em ação...)

O documento da Unesco está dividido em quatro seções:

1. Apoiar sistemas de governança cultural sustentáveis.
2. Conseguir alcançar um fluxo equilibrado de serviços e bens culturais e incrementar a mobilidade dos artistas e dos profissionais culturais.
3. Integrar a cultura em processos de desenvolvimento sustentável.
4. Promover os direitos humanos e as liberdades fundamentais.

Todas as seções estão divididas em vários capítulos, cada qual abordando algum aspecto específico do tema. É importante lembrar que o documento da Unesco pretende mapear as ações dos signatários da Convenção, destacando principalmente o “rumo” das modificações e sua implementação. Ele assinala, entretanto, que ainda falta muito para se alcançarem as metas da Convenção.

Esse é o tom de todas as seções. Os avanços são apontados, mas sempre se destaca que falta muito para alcançar os objetivos do instrumento multilateral. Não vou abordar aqui todos os pontos do do-

cumento. Quero salientar, entretanto, a descrição do fluxo de bens e serviços culturais no plano mundial.

Duas “mensagens-chave” dessa seção do documento chamam atenção: “A soma total da produção de bens culturais a nível mundial em 2013 foi de 212,8 bilhões de dólares. [...] Apenas a China e a Índia competiram significativamente com os países desenvolvidos no mercado global”.

A segunda mensagem é ainda mais significativa:

A soma total das exportações de serviços culturais a nível mundial em 2012 foi de 128,5 bilhões de dólares. A percentagem dos países em desenvolvimento representa apenas 1,6%. Os países desenvolvidos dominam este campo, com 98%. Isso se deve principalmente ao incremento de fluxos de serviços audiovisuais e artísticos transmitidos eletronicamente.

Para além de uma terminologia econômica meio ultrapassada, o que esse dado revela/esconde é o fato de que os Estados Unidos procuram ativamente forçar, nas negociações comerciais, que não se recorra aos mecanismos da Convenção para manter a autonomia desses países na formulação de políticas chamadas de “exceção cultural”. Na prática, os Estados Unidos exigem de quem quiser exportar matéria-prima para o Big Brother do Norte a aceitação do ingresso livre de barreiras de filmes, músicas, apps etc. vindos de lá.

A indústria cinematográfica americana é, depois do comércio de armas, o mais valioso item de ex-

portação daquele país. “Serviços culturais” incluem, hoje, não apenas o download de música e cinema, mas também de livros. Lembremos que a Amazon não vende “a propriedade” do que é descarregado na internet. Ela apenas licencia o uso. Daí isso caracterizar uma exportação de serviço cultural, e não uma exportação de bens.

Ora, o país que não ratifica a convenção, como é o caso dos Estados Unidos e de Israel, fica praticamente fora dos mecanismos de controle, mediação e resolução de conflitos previstos na Convenção, que incluem aspectos relacionados à Organização Mundial do Comércio (OMC). A linguagem diplomática do documento da Unesco encobre esse grande problema, que continua em aberto, e diminui consideravelmente o impacto do instrumento multilateral. E, ao forçar os acordos de livre comércio, priva-os desses instrumentos.

Participei também das reuniões da Câmara Setorial do Livro que preparou um anteprojeto para a Lei do Livro. A lei só seria aprovada em 2003, já no governo Lula, e a aprovação contou com o apoio do então senador José Sarney. O anteprojeto original, redigido basicamente pelo dr. Plínio Cabral, consultor jurídico da CBL, continha vários “bodes” no texto, precisamente para que, nas futuras negociações, pudessem ser retirados e ao mesmo tempo se poupassem pontos mais relevantes da lei. Um desses “bodes” era a proposta de proibição de que os governos, em todos os níveis, publicassem livros de qualquer espécie. Era

um “bode” bem fedorento e que não tinha a menor chance de ser aprovado – e por isso mesmo fora colocado no anteprojeto.

Minha participação – que acredito ser a mais importante – no desenvolvimento de propostas legislativas aconteceu, entretanto, quando eu já havia deixado a CBL.

Em 2004, fui contratado pelo Cerlalc, para assessorar Galeno Amorim, que coordenava a ampliação dos programas de livros, inspirado no refrão “Fome Zero”, do presidente Lula.

Como faço regularmente quando presto esse tipo de serviços, estava muito atento às medidas governamentais a respeito do setor, e notei, ainda no primeiro semestre de 2004, uma iniciativa da Receita Federal de dispensar a cobrança de PIS/Pasep-Cofins de incidentes sobre importação e comercialização de livros considerados “técnico-científicos”.

Imediatamente fui atrás de confirmar o que já intuía. Livro, como classificação tributária, está incluído na chamada Nomenclatura Comum do Mercosul, que por sua vez tem como base o Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias (SH), que é uma definição de cada tipo de produto para efeitos tributários e fiscais. Esse sistema seria, portanto, obrigatoriamente usado pelos fiscais da Receita para definir o “livro técnico-científico”.

Os livros estão classificados na rubrica “NCM 4901: Livros, brochuras e impressos semelhantes, mesmo em folhas soltas”. Seguem-se classificações

análogas até a NCM 49019900. A NCM 4902 define jornais e periódicos, e assim por diante.

Como se pode observar, a classificação não diz respeito ao *conteúdo* dos livros. Só a suas características físicas. Disso decorria que, para “definir” o que seriam livros técnico-científicos os fiscais da Receita deveriam examinar seu conteúdo.

Ora, exame de conteúdo para efeitos de classificação (qualquer que seja ela) é simplesmente análogo a censura. E a censura é expressamente proibida pela Constituição Federal (quando a Constituição Federal vale para alguma coisa).

Mostrei a situação ao Galeno, assinalando que a própria Receita abria uma porta para a desoneração. Esses tributos incidiam entre 4% e 9% da receita bruta das editoras e livrarias, dependendo de seu regime fiscal. Era uma boa grana.

A partir daí, Galeno Amorim, que havia sido secretário de Cultura do então Ministro da Fazenda Antonio Palocci quando este era prefeito de Ribeirão Preto, passou a articular a possibilidade da desoneração. Desenvolvi, junto com Galeno, a ideia de que, em troca dessa desoneração, os beneficiados (editoras e livrarias) passariam a dar uma contribuição de 1% do faturamento para um fundo para financiamento de bibliotecas e programas de leitura, a ser gerido – na minha proposta – por uma instituição assemelhada ao “Sistema S”, com a inclusão em seu conselho de representantes das cadeias produtiva, criadora e mediadora (editores e livreiros, escritores e agentes de

mediação, como bibliotecários etc.), mais representantes do governo.

Palocci, que sempre foi um defensor do livro, independentemente de seus outros problemas, comprou a ideia e passou a articular, com a Casa Civil da Presidência (José Dirceu), o modo de executar essa desoneração.

Como decorrência dessa articulação, foi envolvido o senador José Sarney, que propôs apresentar emenda a uma das medidas provisórias já em tramitação, dessas que acabam virando “bonde” para um monte de coisas. Esta, em particular, tratava de portos, e acabou incluindo a desoneração para editoras e livrarias. Ainda ponderei que seria preferível um projeto mais global, que já incluísse a cobrança da contribuição de 1% e sua gestão. Mas o argumento vencedor foi o de que a emenda a ser apresentada pelo senador Sarney teria a tramitação mais rápida e já incluiria a desoneração.

Nessas alturas, tanto eu como o Galeno procuramos as entidades do livro – Snel, Abrelivros, ANL e CBL – para propor a “troca”: desoneração de 4% a 9% dessas contribuições pela contribuição de 1% para o Fundo. Todas aplaudiram e se comprometeram com a ideia, ansiosas para ver a desoneração passar, como passou.

Assim, a desoneração do PIS/Pasep-Cofins foi realmente fruto da articulação do Galeno Amorim, com o apoio decisivo do Palocci, que cuidava da Receita, e a contribuição do Sarney na apresentação da

emenda. Evidentemente, o apoio final do presidente Lula definiu a situação.

Até agora o Fundo não foi criado, mas isso já é fruto da incompetência do Ministério da Cultura e de sua articulação com a Fazenda e a Casa Civil para chegar a um formato aceitável por todos. Isso enquanto ainda existia um Ministério da Cultura. Hoje, então, nem pensar em algo semelhante.

Feiras regionais

As experiências das feiras de livro como instrumento de alcance muito mais amplo que o da simples venda era fato já conhecido do setor editorial. Restava sempre uma zona de atrito com as livrarias, que sentiam nas feiras e bienais um concorrente sério para o fluxo de caixa. Um dos casos mais conhecidos é o da tradicional Feira de Livros de Porto Alegre, que sempre ofereceu desconto de no mínimo 20% sobre o preço de capa nos livros vendidos ao longo do evento, que dura quase um mês.

Outro exemplo, que existiu durante décadas no Rio de Janeiro, eram as feiras montadas em praças da cidade, com barracas padronizadas de madeira e controladas por uma associação que ninguém sabia muito bem como se constituía e como estabelecia os critérios para a distribuição das barraquinhas. Essas feiras, além de não recolher nenhum tributo, concorriam diretamente com as livrarias do entorno de

alguns dos pontos mais movimentados do Rio de Janeiro, como Cinelândia, Praça Nossa Senhora da Paz, Praça Sáenz Peña e outras menores.

Na Bienal do São Paulo a solução havia sido bem engenhosa. Cada expositor recebia uma cota de “cheques-livros” e, formalmente, era obrigado a entregar 10% do valor das vendas para os compradores, que podiam usá-los apenas fora da Bienal, nas livrarias de todo o país, que seriam reembolsadas pela CBL. Alguns expositores tentavam sub-repticiamente sonegar o cheque-livro e ofereciam descontos diretos. Outros, especialmente as redes de livrarias, ofereciam até um valor maior de cheques-livros, condicionados ao uso nas suas próprias lojas. Era necessário que funcionários da CBL e os diretores escalados para plantão durante o evento atuassem para pacificar as situações conflitivas que surgiam.

O objetivo do cheque-livro era claro: envolver a rede de livrarias nas vendas da Bienal, tornando-as, assim, integrante do evento. Muitos dos expositores não gostavam deles e boicotavam-nos, não adquirindo cheques-livros adicionais depois de acabada a cota inicial. A razão era que o desconto favorecia os frequentadores das Bienais, mas não os expositores. O que ele promovia era um campo uniforme de vantagens para os expositores, beneficiando também as livrarias. De qualquer forma, o sistema injetava uma quantidade razoável de recursos no sistema livreiro.

A visão de curto prazo de muitos expositores, além da falta de mobilização dos livreiros para manter o

sistema, levou a que, na primeira Bienal de São Paulo sob o comando do sr. Oswaldo Siciliano, o sistema fosse abandonado. Voltarei a tratar de alguns pontos que, no meu entender, ameaçam a realização de grandes feiras de livros.

Feiras regionais, menores e focadas no público local, entretanto, continuam a ser um instrumento significativo de comercialização e incentivo ao hábito de leitura.

Um ponto de inflexão importante foi o Salão Internacional do Livro de 1999. Normalmente as Bienais do Livro de São Paulo são realizadas nos anos pares, e, desde 1985, as do Rio de Janeiro, nos anos ímpares. Depois da Bienal de 1998, a diretoria da CBL avaliou que São Paulo poderia abrigar feiras anuais, e foi aprovada a proposta do Salão Internacional do Livro, a se realizar no primeiro semestre de 1999 (as bienais, até então, eram feitas no segundo semestre, entre o final de agosto e setembro, como voltaram a ser anos depois). O Snel, organizador da Bienal do Rio de Janeiro, não gostou da ideia. Não vou discutir aqui as razões levantadas de parte a parte, já que são águas há muito passadas.

Nas conversas sobre o Salão, entretanto, um ponto foi ressaltado. O que até então se chamava vagamente de “eventos paralelos” deveria ser reformulado, assumindo um caráter mais cultural e atraente para o público, fortalecendo esse traço do evento que o conduziria para mais além de uma feira simplesmente comercial. Os eventos paralelos, até

então, consistiam em alguns minicursos e palestras oferecidos a professores, ou no destaque dado à presença de algum autor mais proeminente que estivesse lançando livro na ocasião, além do destaque da presença de autores internacionais.

Convoquei dois jornalistas para ajudar na formação das novas atividades. Claudiney Ferreira e Jorge Vasconcelos há anos mantinham um programa radiofônico sobre autores e livros, com muito sucesso e prestígio. Nas conversas surgiu a proposta de que fosse formatado um Salão de Ideias, no qual seriam estruturados eventos em um espaço específico da feira (que então era no ExpoCenter Norte) e com uma programação que incluísse palestras, exposições e outros acontecimentos de caráter nitidamente cultural. O Salão do Livro seria acompanhado pelo Salão de Ideias.

A resposta do Snel foi enfática e desafiadora. Anteciparam a Bienal do Rio para que a data coincidisse com o Salão de São Paulo, estabelecendo uma concorrência que contrariava o objetivo desejado. E criaram para a Bienal do Rio o “Café Literário”, mesmo nome de um evento francês que havíamos considerado e descartado. O Salão de Ideias estava em uma Bienal do Livro e, apesar de a literatura ser um aspecto central da atividade editorial, esta não se restringia a isso. O mundo do livro é muitíssimo mais amplo.

O Salão de Ideias foi um sucesso, com várias palestras em diferentes horários, inclusive uma da consultora de modas Glória Kalil, que havia lançado então recentemente um livro sobre o assunto e que

ilustrou o evento com uma exposição de manequins. Também houve uma exposição temática dos “livros do século”, palestras e lançamentos de autores de ficção e não ficção.

O formato de Salão de Ideias foi adotado em outras feiras apoiadas pela CBL, inclusive a Bienal do Livro de Fortaleza. A Feira do Livro de Ribeirão Preto foi a primeira de um programa, desenvolvido pela CBL em parceria com a Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo e com a Imprensa Oficial, que promoveu feiras em Bauru, São José dos Campos, São José do Rio Preto e outras cidades. Destas, apenas a Feira do Livro de Ribeirão Preto teve continuidade, com Salão de Ideias e cheques-livros para professores e alunos das escolas públicas.

Acredito que hoje o modelo das grandes Bienais de São Paulo e do Rio de Janeiro esteja ameaçado e precise ser repensado. Esses grandes eventos tiveram início e se desenvolveram na época pré-internet e eram o momento em que os leitores tinham oportunidade de manter contato com uma amostra significativa da produção editorial. Com a extinção do cheque-livro, a implantação da internet e sobretudo a invasão de expositores de venda de saldos baratos, o Salão de Ideias não basta para atrair um público maior e interessado na diversidade da produção editorial, que pode ser mais acessível pelos mecanismos de pesquisa e pelo comércio on-line.

Entretanto, a possibilidade de promover o contato dos leitores com autores e atividades culturais

diversificadas continua válido e eficaz para cidades menores. Tanto é assim que, por volta de 2011, com o programa de incentivo a feiras regionais promovido pela Biblioteca Nacional, foram registradas centenas de iniciativas em praticamente todos os estados da federação, notadamente o Rio Grande do Sul. Algumas dessas iniciativas continuaram a existir até 2019, apesar das dificuldades, e tentaram se reformular em versões on-line em 2020, com resultados que só poderão ser mais bem avaliados no pós-pandemia.

Instituições públicas

Quando terminei o mestrado em antropologia no Museu Nacional, meu projeto para o doutorado previa uma análise de Max Weber para a compreensão da sociedade brasileira e, em particular, as reflexões sobre corporativismo. Isso implicava examinar também o papel das instituições e das políticas públicas por elas implementadas.

Longe de mim pretender discutir aqui esse assunto. Basta assinalar que sempre achei da maior importância a existência de organismos burocráticos capazes de formular e dar continuidade, dentro do Estado, a políticas permanentes voltadas para cada segmento da sua organização e cada âmbito de atuação. A partir dessa perspectiva, aqui apresentada de forma extremamente sintética e simplificada, sempre

valorizei a existência de instituições destinadas à implementação de políticas setoriais.

Mas é ilusão pensar que a institucionalização das relações Estado/cultura inexistiu ou é recente. A institucionalização formal é mais recente, mas, como assinala Márcio Souza,²⁷ já D. João VI, ainda como regente, príncipe iluminista, entendeu perfeitamente a importância da construção de um sistema que, desde essa época, estava “baseado na prestação e contraprestação de favores”. Iniciado ainda no “Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves”, continuou no Império, na República, atravessou ditaduras (que, em alguns casos, reforçou) e só veio a sofrer a primeira crise no governo Collor. E está atravessando sua crise possivelmente mais profunda no atual governo.

Esse sistema de prestação e contraprestação de favores se esconde também em uma hierarquia,

*onde o escalão mais alto não considera digno olhar para o Estado a não ser com repulsa, restando aos escalões descendentes a tarefa menos nobre de penetrar no ventre do monstro. [...] Cultiva-se uma ignorância crassa a respeito da natureza da administração pública. Difícil é mudar esse paradigma de favores na construção de uma política efetivamente democrática, na qual o acesso aos bens culturais seja o aspecto dominante.*²⁸

²⁷ Esta seção deve muito ao ensaio de Márcio Souza, *Fascínio e repulsa: Estado, cultura e sociedade no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo Nacional de Cultura, 2000. Série Cadernos do Nosso Tempo, v. 2.

²⁸ Idem.

Esses são os aspectos que me interessam, particularmente em relação ao livro.

No processo histórico de fortalecimento do Estado nacional, o período varguista foi em particular fértil no estabelecimento de instituições, tanto as de prestação e contraprestação como outras, que buscavam, ainda que de modo tentativo, abrir espaço para o acesso. Uma dessas foi o Instituto Nacional do Livro, cujo primeiro diretor foi o poeta Augusto Meyer, que fora presidente da Biblioteca Estadual do Rio Grande do Sul desde 1930. O INL tinha dois objetivos básicos: a) organizar uma enciclopédia nacional (que nunca foi nem mesmo iniciada); b) desenvolver um sistema de bibliotecas públicas em todos os estados. As bibliotecas estaduais são os equipamentos culturais mais antigos e permanentes do Brasil. Desde a Biblioteca Nacional, fundada em 1808 com base no acervo trazido pelo regente D. João com uma grande seleção da Biblioteca Real de Portugal abrigada no convento de Mafra, bibliotecas provinciais, depois estaduais foram fundadas pelo país afora, embora sempre com o caráter de depósito do “saber” fossilizado das oligarquias locais, que mostravam assim sua “ilustração”.

No entanto, as instituições públicas sempre foram lócus de disputas políticas e sociais, e este é um dos seus papéis mais significativos. Objetivos imediatos ou a longo prazo, orçamentos, áreas de atuação, todos são focos permanentes de disputa. E esse é o fator mais importante de sua existência, já que concentra

os esforços de diferentes segmentos sociais, econômicos e políticos para a definição de seus rumos.

Por essas razões, sempre considere que a continuidade de políticas públicas – em qualquer terreno – está umbilicalmente ligada às instituições que as executam, sofrendo os embates que as redefinem, transformam e lhes dão dinâmica. Para tal, elas dependem de estruturas burocráticas que lhes permitam agir. Caso contrário, viram instituições que, como algumas leis, são “para inglês ver”. Podem até exercer uma influência inspiradora em suas áreas, mas são incapazes de agir com eficácia sem dispor de instrumentos adequados.

O que aconteceu com o INL é exemplo disso. Enquanto existiu, até ser extinto no tsunami do governo Collor, esteve voltado para cumprir seus objetivos de fazer o país dispor de um sistema de bibliotecas públicas. Catalogar os erros cometidos é fácil: autoritarismo, paternalismo, desperdício de recursos e o que mais queiram, porém sempre ao redor do centro das disputas sobre como fazer com que o país tivesse um sistema de bibliotecas.

Com a extinção do INL, suas atribuições foram transferidas para a Biblioteca Nacional, inicialmente sob o guarda-chuva do DNL, e depois saltitando entre várias encarnações, dividido nas estruturas da Biblioteca Nacional e depois do Ministério da Cultura. Possivelmente está hoje em algum escaninho do órgão que o substituiu, no terceiro escalão do Ministério do Turismo, o que não merece nenhum comen-

tário sobre seu significado, salvo se entendido como parte do projeto de desmonte das instituições do Estado empreendido pelo atual governo.

No meio do caminho criou-se (primeiro por decreto, posteriormente em lei aprovada no governo Temer) o Programa Nacional do Livro Leitura e Bibliotecas (PNLL), que tinha como objetivo coordenar ações governamentais e da sociedade civil. O PNLL havia fundado uma secretaria executiva, desde que foi instituído por decreto. Deveria também estimular a criação e ser uma espécie de cabeça de sistema que englobaria os vários Planos Estaduais de Livro e Leitura, que por sua vez coordenariam planos municipais.

O PNLL deveria ser uma espécie de fórum de coordenação e incentivo de ações geradas pela sociedade civil, pelos diferentes elos da cadeia produtiva (editoras e livrarias), mediadores de leitura (bibliotecários e outros gestores de ações de promoção do livro e da leitura) e os órgãos governamentais. A reunião dessas iniciativas deveria produzir um plano de ações e objetivos a serem alcançados em determinado período.

Uma ação do PNLL que vingou foi o concurso que reconhece e premia as melhores ações de promoção da leitura, assumido atualmente pelo Instituto Pró-Livro. Não sei se o terceiro escalão do Ministério do Turismo, que alberga atualmente os restos mortais do Ministério da Cultura, deu-se ao trabalho de designar um novo coordenador executivo do PNLL.

Uma bela estrutura que inova no capítulo das leis “para inglês ver” com a criação de “órgão para inglês

ver”, já que não dispõe de mecanismos de atuação e muito menos rubrica orçamentária adequada.

O único instrumento de ação governamental, na área de livros, destinado a proporcionar acesso destes ao público é o PNLD e seus assemelhados, o Programa Nacional de Livros para o Ensino Médio (PNLM), a Biblioteca na Escola, com livros de literatura, a Biblioteca do Professor, que estaria destinada a fornecer livros para formação e aperfeiçoamento profissional e intelectual para os professores das redes escolares públicas. Os programas foram fundidos em um só e, no ano de 2020, a edição da coleção Biblioteca na Escola sofreu o repúdio praticamente unânime de professores e especialistas, com a publicação de livros *ad hoc*, com ilustrações toscas e visão pedagógica olaviana (seja lá o que isso possa significar).

A Biblioteca Nacional, por sua vez, publicou edital convocando os interessados em publicar coedições, sem nenhum ônus para a instituição, que apenas aprovaria os livros escolhidos e lhes daria o direito de publicar o seu logotipo bicentenário na capa e na folha de rosto (além, claro, da longa lista que começa pelo presidente da República e segue até o nome do responsável pelo programa).

Dessa vez o golpe foi mais fundo que o do governo Collor. Os esperançados continuam apostando em um futuro processo de regeneração dessas entidades, tal como aconteceu antes.

As mudanças tecnológicas

Para se compreender a situação do mercado editorial hoje, é necessário repassar as imensas mudanças tecnológicas ocorridas tanto no âmbito da edição quanto no da distribuição. Vários dos impasses e possíveis soluções nascem dessas transformações.

Em inúmeras reuniões na Secretaria de Defesa Econômica (o nome na época) sobre a questão do chamado preço fixo, sempre tentei mostrar (defendendo a posição da CBL, que não era unânime dentro do mercado editorial) que esse mercado tinha características específicas que tornavam necessária a adoção do preço fixo, e que a concorrência na venda dos livros se dava na área dos serviços prestados pelas livrarias aos seus clientes. Em vez dos descontos no preço de capa, que já era o método adotado pelas grandes redes desde os anos 1990, a concorrência se daria na qualidade do serviço, nas características do acervo das livrarias, a localização delas (a concorrência nos descontos inviabilizava as livrarias de bairro), a agilidade no processamento de encomendas, os melhores métodos de administração das lojas e do estoque. Eu citava dados que havia recolhido na associação dos supermercadistas: o giro de mercadorias de um supermercado – incluindo os não perecíveis – estava em torno de trinta dias. Não é difícil imaginar o tempo que leva o giro do estoque de uma livraria de assuntos gerais... A quantidade de itens no estoque de um supermercado se contava

na casa das centenas, nas livrarias, na de milhares. Tudo isso levava à imobilização de capital proporcionalmente muito maior, à necessidade de capital de giro mais complicada, enfim, havia situações comerciais muitíssimo diferentes entre os dois tipos de comércio, como já havia sido percebido no mercado editorial internacional.²⁹

Além do preço fixo por um ano para o consumidor final, a medida traz outra importante vantagem, que é, na prática, limitar os descontos que as editoras se veem obrigadas a dar em porcentuais maiores para as grandes redes. Estas usam toda a pressão possível para conseguir proveitos, especialmente em títulos estimados como potenciais bestsellers. Isso faz com que, progressivamente, o preço de capa dos livros seja cada vez mais impulsionado para cima.

A matemática é simples: as editoras necessariamente têm um limite inferior de recuperação do investimento em cada livro, a ser coberto por sua venda, limite dado pelo preço de custo, o custo do capital e das despesas correntes, inclusive os impostos que incidem sobre as empresas (não sobre os livros). Entre os custos devem ser incluídos o preço da tradução, se for o caso, a parte de alíquota com que cada livro deve contribuir para a recuperação dos adiantamentos (comuns nos casos de tradução)

²⁹ Ver: Andre Schiffrin. *The Business of Books*. Londres: Verso, 2000. [Ed. bras.: *O negócio dos livros*. Tradução de Alexandre Martins. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006.]

e o cálculo recorrente dos direitos autorais, que são habitualmente avaliados sobre o preço de capa. Ora, para manter o mínimo de lucratividade, esses custos devem ser abatidos do preço de capa, e quanto maiores eles forem, maior deverá ser a base do cálculo, ou seja, do preço de capa. Como as livrarias independentes não conseguem o mesmo desconto dos editores e distribuidoras, elas não têm condições de acompanhar as redes nos descontos para os consumidores finais, sendo progressivamente expulsas do mercado. Foi o que aconteceu nos Estados Unidos e na Inglaterra, com os descontos maciços oferecidos pela Amazon. Que, aliás, usou essa política de descontos agressivos enquanto não alcançou uma posição de dominância relativa no mercado. Atualmente a tendência dos descontos é mais fraca, e a Amazon conquista clientes muito mais por seu eficiente sistema de gerenciamento e relacionamento.

O consenso sobre a importância do preço fixo hoje é muito maior, e há apoio para um projeto de lei sobre o assunto que tramita no Congresso Nacional, com a lentidão estimada e os vaivéns de praxe.

O modelo original do *prix fixe* foi a chamada Lei Lang, de 1981, proposta e implementada pelo então ministro da Cultura da França Jack Lang, precisamente para defender as pequenas livrarias dos descontos predatórios feitos pela Fnac. Mas em seminário promovido pelo Office du Livre da embaixada francesa (aconteceu em São Paulo) fiquei conhecendo melhor a lei, muito mais complexa que o simples

preço fixo.³⁰ A principal característica adicional é o estímulo para que as livrarias desenvolvam programas de incentivo à leitura com a comunidade, já que eles possibilitam aumento (pequenos, mas significativos em uma situação estável) nas porcentagens de desconto. Só que os dirigentes das entidades do livro, que frequentemente falam de pactos de ação conjunta, assistiram à abertura do evento, fizeram seus discursos e foram cuidar de seus negócios...

Outras mudanças tecnológicas muito importantes se deram também na impressão de livros, que já estava muito modificada com os processos de *print to plate* e outros aperfeiçoamentos técnicos.

A principal modificação, entretanto, foi o desenvolvimento e aperfeiçoamento da impressão digital, iniciada por um sistema da Xerox, que não tinha acabamento. A impressão digital permite desde impressões em pequenas tiragens, o que desembocou em modernos métodos de impressão sob demanda, capazes de imprimir um exemplar por vez, até rotativas digitais que imprimem milhares de exemplares personalizados por hora. Esse sistema vem sendo usado cada vez mais por universidades e colégios da Europa e dos Estados Unidos, já que permitem a impressão dos textos usados pelos conjuntos de cursos escolhidos por grupos de alunos, que recebem os exemplares

³⁰ Para a análise, ver: “Pacto na cadeia do livro: entre falar e agir”. O Xis do Problema, 11 maio 2016. Disponível em: <<http://oxisdoproblema.com.br/?p=2886>>.

personalizados. É a versão final, acabada e licenciada, das famosas “pastas de professores”, que prejudicaram enormemente as editoras até a primeira década deste século.³¹

A impressão por demanda tem potencial de ajudar a solucionar dois grandes problemas das editoras. O primeiro é manter o catálogo ativo sem necessidade de estoque. Além de vender livros eletrônicos, as editoras podem encomendar cada cópia de um livro impresso para entregar ao comprador. Isso é uma grande economia, eliminando não apenas os investimentos para as impressões de maior porte como também os custos de manutenção de estoques (espaço de armazenamento, administração, logística etc.). A segunda vantagem seria promover substancial diminuição dos custos de logística. Na medida em que houvesse impressão sob demanda (POD, da sigla em inglês) espalhada por um país de dimensões continentais como o Brasil, o frete do transporte de livros dos depósitos localizados no Sudeste principalmente até o Nordeste e o Norte poderia diminuir radicalmente.

As editoras brasileiras têm usado a POD apenas para a solução do primeiro caso, mantendo os catálogos ativos. O que é pouco explorado e compreendido é como a Amazon – em associação com

³¹ Para um resumo dessa história, cf.: “Reprografia, direito autoral e licenciamento: para lembrar da história”. *O Xis do Problema*, 14 mar. 2012. Disponível em: <<http://oxisdoproblema.com.br/?p=867>>; e “Mais uma entidade”. *O Xis do Problema*, 25 ago. 2016. Disponível em: <<http://oxisdoproblema.com.br/?p=2929>>.

a Lightning Source, o braço de POD da maior distribuidora dos Estados Unidos, a Ingram – usa a impressão sob demanda para melhorar sua performance na venda de livros.³²

Muito já se escreveu sobre a Amazon. O que penso dela, entretanto, pode ser resumido em algumas frases. A Amazon é uma empresa fantasticamente eficiente, centrada no atendimento, e usa todos os meios possíveis para se expandir. Na área de livros, o momento inicial de grandes descontos já passou, desde que ela obteve uma posição dominante no mercado. Sua estratégia inicial baseia-se em oferecer mais e melhores serviços e produtos, nas melhores condições possíveis vis-à-vis a concorrência. A grande ameaça da Amazon é que ela aplica ao limite extremo a dinâmica própria do capitalismo: expansão ilimitada, não apenas (mas em grande medida) com a eliminação da concorrência, com compras ou medidas que as tirem do mercado, como também com o aumento da exploração da mão de obra. (Com toda a tecnologia, as condições de trabalho nos seus armazéns são terríveis.)

Essas características são próprias do sistema de produção capitalista. Podem ser minoradas com regulações antimonopolistas e de controle da Amazon... até aparecer outra empresa mais eficiente que ela.

³² Mais em: “Impressão digital, impressão sob demanda: perspectivas e impasses”. O Xis do Problema, 17 jul. 2012. Disponível em: <<http://oxis-doproblema.com.br/?p=1248>>.

A crise atual e perspectivas

Com a bagagem de mais de trinta anos de presença no mercado editorial brasileiro, posso constatar que a chamada crise atual é tão somente repetição, ampliada e aperfeiçoada, da crise que já existia quando me fiz a pergunta e tentei entender por que os belos livros que editávamos tinham tão pouca circulação.

Mas a própria pergunta e várias de minhas preocupações foram aperfeiçoadas e, de certa forma, modificadas.

Há dezesseis anos, pouco depois de deixar de trabalhar na CBL, escrevi um livro, *O Brasil pode ser um país de leitores? Política para a cultura/Política para o livro*, no qual discutia a premissa da “importância do acesso à multiplicidade desses bens [culturais] por uma população que deles necessita, não somente por ‘amor à arte’ e por razões estéticas, mas como parte integrante de sua cidadania e mesmo de suas condições de vida”.³³ O direito ao acesso, e não simplesmente a busca de ser um “país de leitores”, era, e continua a ser, o objeto-chave das minhas preocupações.

A busca de “um país de leitores”, aliás, é uma empreitada vã. Ela é formulada por uma corrente de pensadores que mais tarde qualifiquei de “leiturólogos”, partindo da premissa de que uma população que lê se torna necessariamente mais ilustrada, mais

³³ Felipe Lindoso. *O Brasil pode ser um país de leitores? Política para a cultura/Política para o livro*. São Paulo: Summus, 2004, “Introdução”.

adepta ao diálogo. Mais democrática, em suma.

Ledo engano. Alguns dos personagens mais nefastos da história da humanidade – a começar pelos “déspotas esclarecidos” do Iluminismo até os dias atuais, passando por personagens como Hitler e Stálin (que deixaram bibliotecas com exemplares cuidadosamente anotados) eram leitores assíduos. “Ser leitor” não é garantia de coisa nenhuma, muito menos de civilidade. Ler é tão somente a possibilidade de ter acesso a outras opções emocionais, intelectuais e mesmo temperamentais, e até de aceder a pensamentos e formulações completamente idiotas. O que define a vida social e, no fundo, as características intelectuais e emocionais dos indivíduos são processos muito mais complexos que o simples fato de ser leitor. E os países estão sujeitos a condicionantes sociais, econômicas e políticas que vão além da característica de ter uma população “leitora”.

No entanto, ter acesso aos livros e à leitura é uma premissa de fundamental importância na construção de uma sociedade democrática, e não é à toa que o terreno de tantas disputas passa pelo uso da censura e da imposição de ideias.

O acesso aos livros continua a ser, em nosso país, um privilégio das elites. Uma das constatações é que o letramento ainda é maciçamente entendido pelo sistema escolar como uma função apenas utilitária, do mesmo modo como a educação básica nas matemáticas e nas ciências. Só que é preciso levar com muito cuidado a ideia difundida pelos “leitu-

rólogos” de que a leitura deve ser ensinada “como um prazer” e as escolas devem se voltar para o prazer da leitura.

Ler não é um prazer por si só. Ler implica a aprendizagem de posturas e de contato com um mundo totalmente novo, e o prazer que advém disso não é universal, mas adquirido com esforço. Não se pode admitir, claro, que seja a leitura tão mal ensinada, do mesmo modo que o ensino da matemática não pode ser condicionado por “gostar” ou não de números.

No entanto, o número de alunos matriculados em todos os níveis de ensino no Brasil aumentou exponencialmente, assim como as escolas e universidades. E acredito que, apesar dos pesares, aumento em quantidade sempre se traduz em aumento de qualidade. Então, avançamos.

Onde se avançou muito menos foi realmente nos meios de acesso aos livros e à leitura. O aumento do número de bibliotecas – e aumentaram, por certo – nem de longe acompanha a proporção do número de escolas e alunos, deixando uma enorme parcela da população sem meios de ter acesso a livros e mesmo a outros materiais de leitura.

O crescimento das possibilidades de leitura eletrônica também é subproveitado. Os onipresentes celulares servem para leitura e escrita, como já se viu. A comunicação via aplicativos e o desfrute de games supõem níveis de leitura e escrita, e são correta e amplamente estudados e conhecidos, mas certamente não

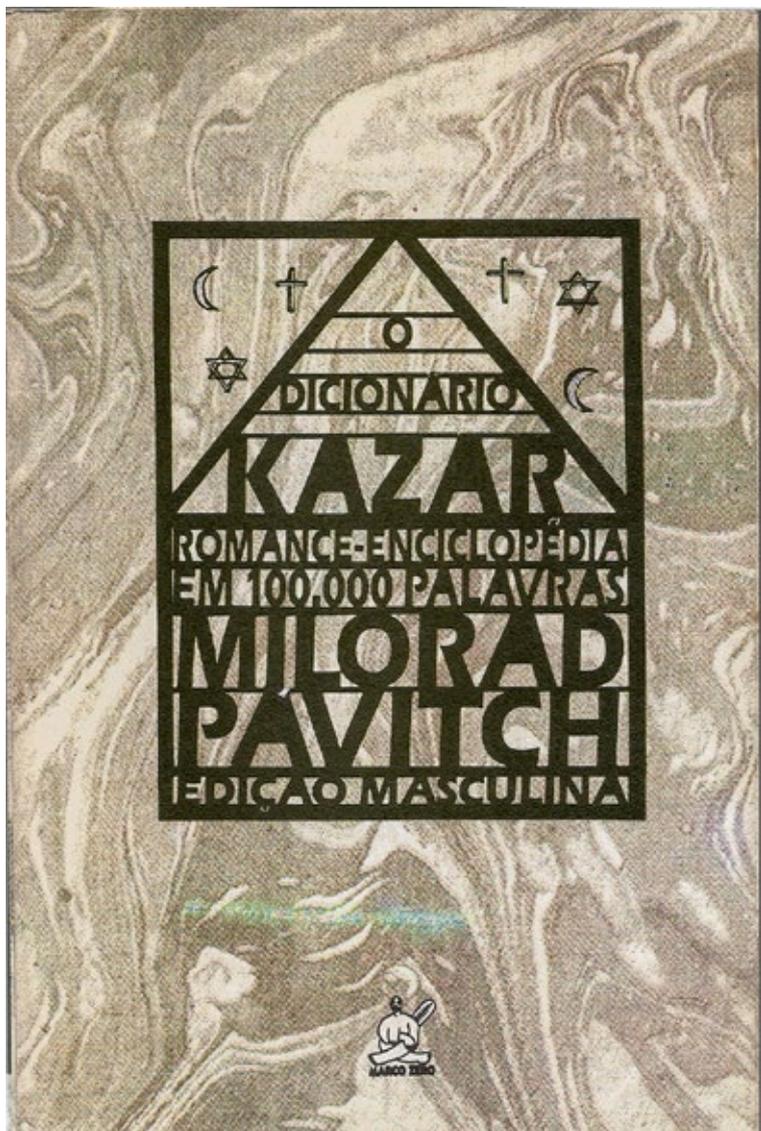
supre o acesso desejável a materiais de informação, literários ou de diversão.

Do ponto de vista institucional, o atual governo está promovendo um desmonte das instituições culturais muito mais amplo e profundo que aquele do governo Collor, além de manifestar sistematicamente o mais arraigado desprezo por qualquer manifestação que não seja de louvor à ignorância de um anti-intelectualismo jamais visto no país, nem na ditadura de 1964-1985 nem mesmo em outras ditaduras do século XX, que pretendiam ter sustentação em um ideário retrógrado. O governo Bolsonaro faz questão de mostrar cotidianamente seu desprezo pela ciência, pela leitura, pela análise, pelo conhecimento.

A pergunta feita no título do livro de dezesseis anos atrás se revela, então, simplista. Um país democrático e mais justo não é um “país leitor”. É um país no qual os cidadãos podem exercer o direito de ter acesso não apenas ao livro e à cultura; é um país no qual toda a população tem, sim, direito a alimentação, moradia e remuneração justa para seu trabalho. Em suma, condições dignas de vida. Nesse país a leitura pode ser um direito exercido em sua plenitude e cheia de significado.

Os retrocessos na história que agora experimentamos, seja em nosso país, seja no mundo, haverão de passar, acredito, porque sempre é possível começar de novo, aproveitar a imensa potencialidade que é dada pela criatividade do nosso povo.

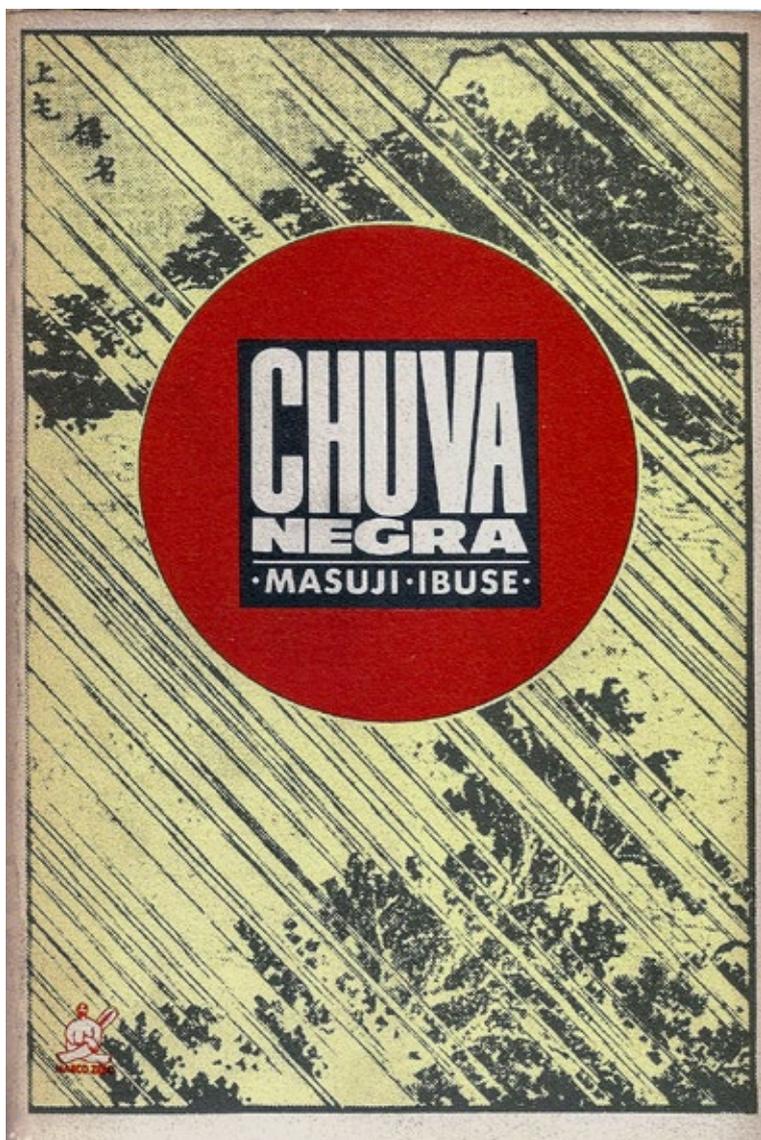
CAPISTAS DA
MARCO ZERO



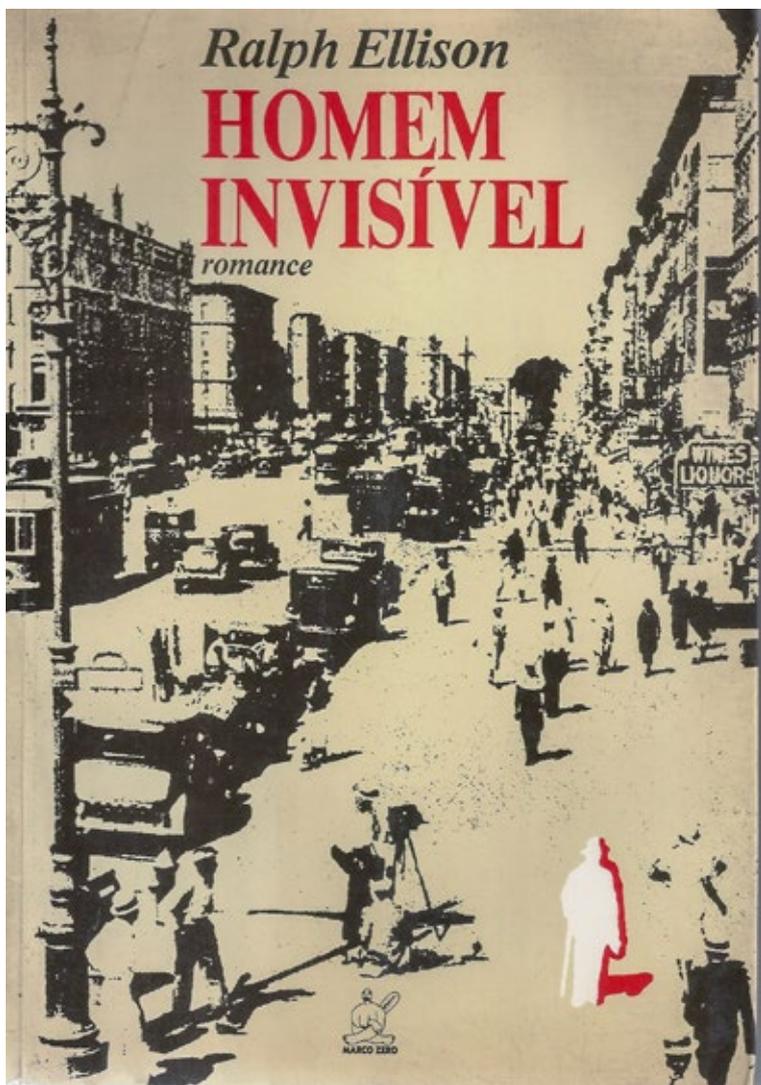
Capa de Jorge Cassol, tradução de Herbert Daniel, 1989



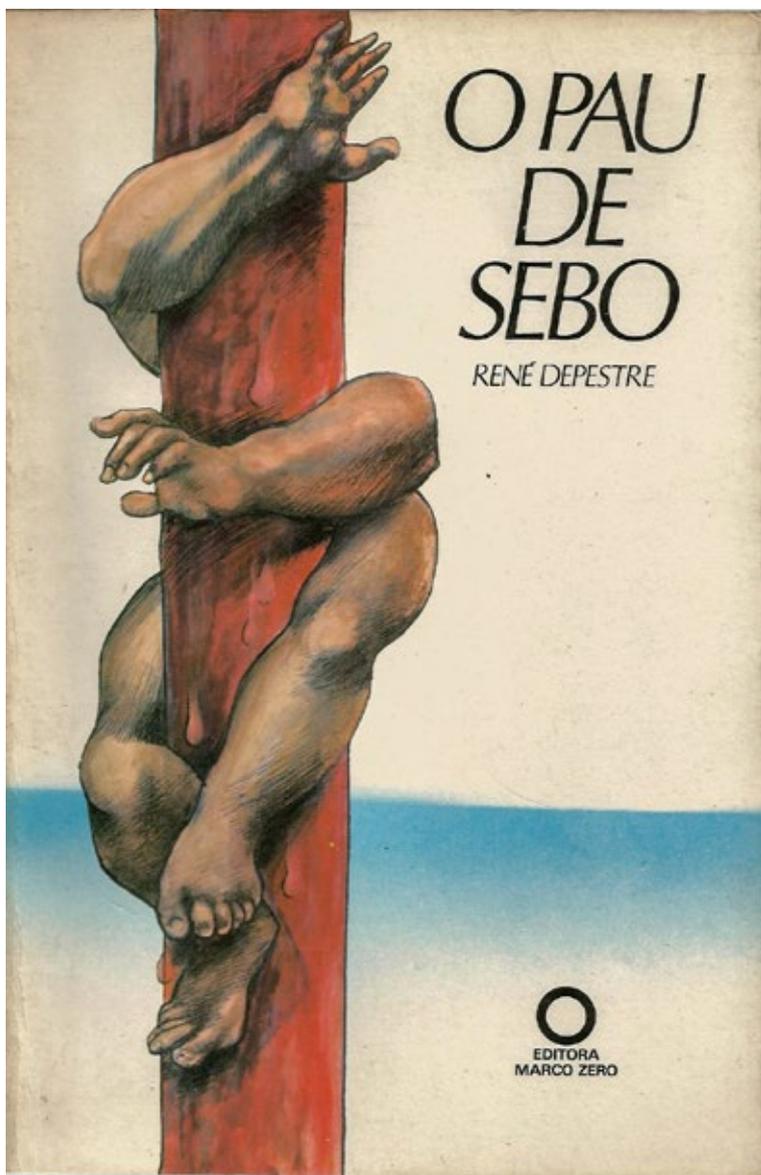
Capa de Anita Slade, 1983



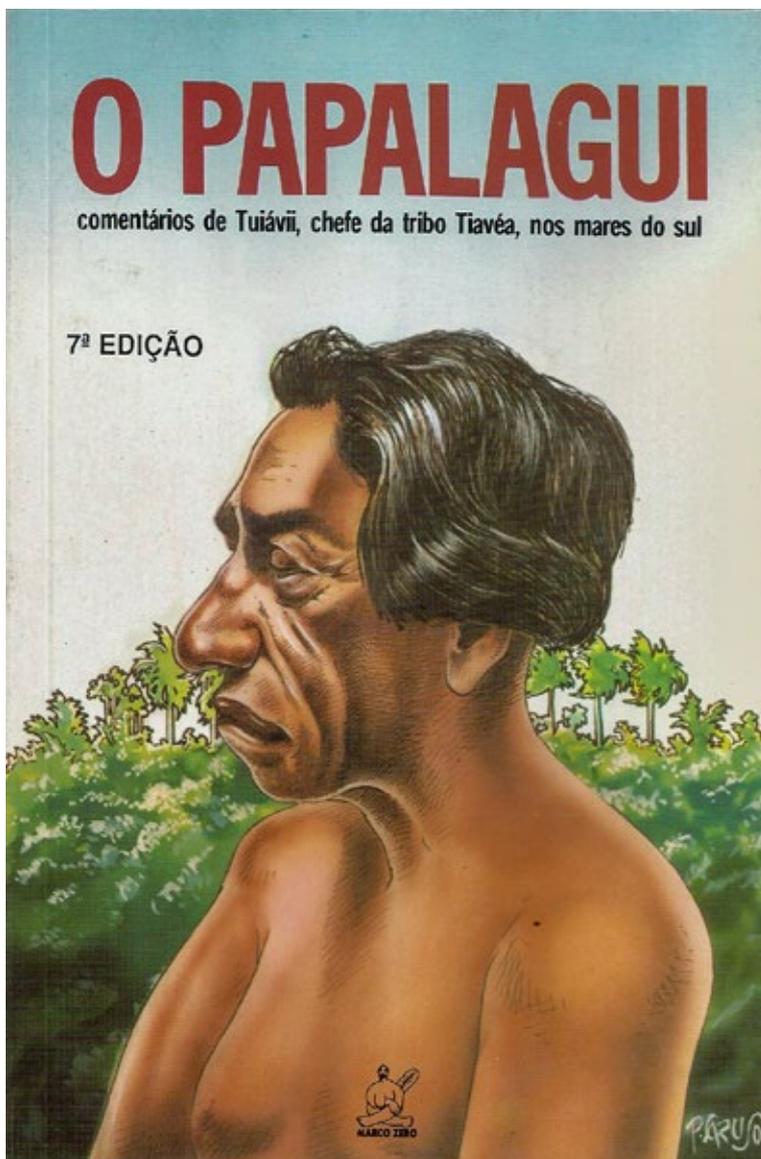
Capa de Felipe Taborda, tradução de Reynaldo Guarany, 1988



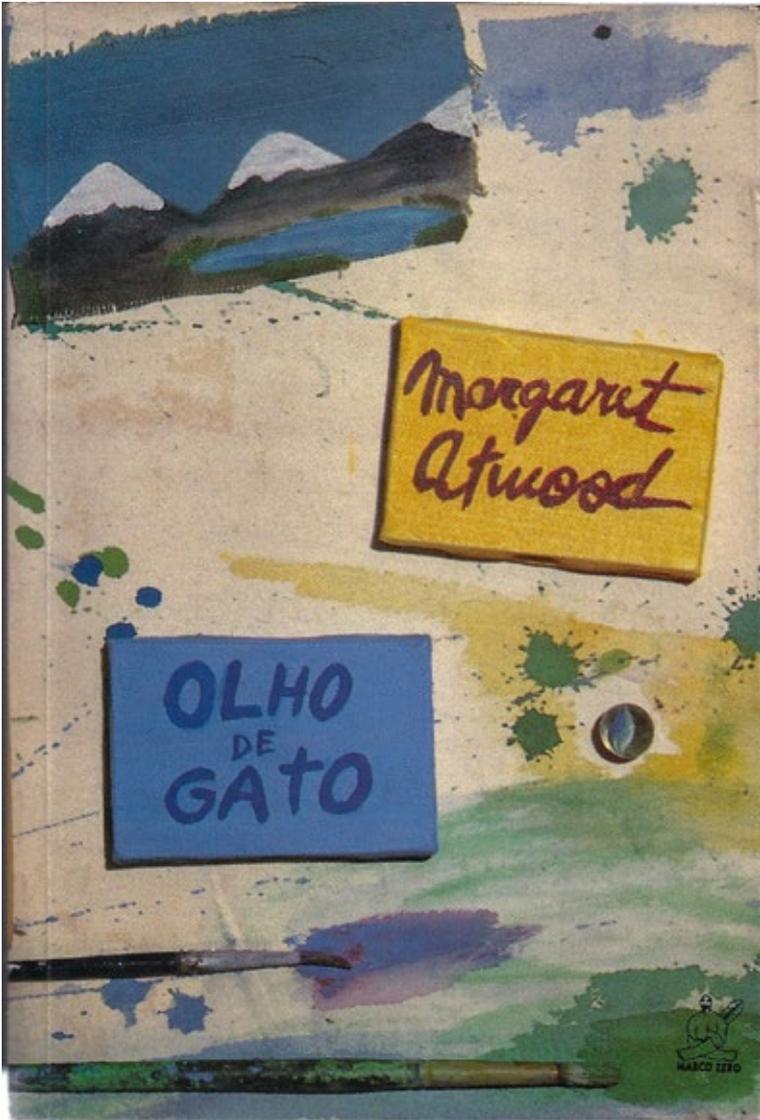
Capa de Ettore Bottini, tradução de Marcia Serra, 1990



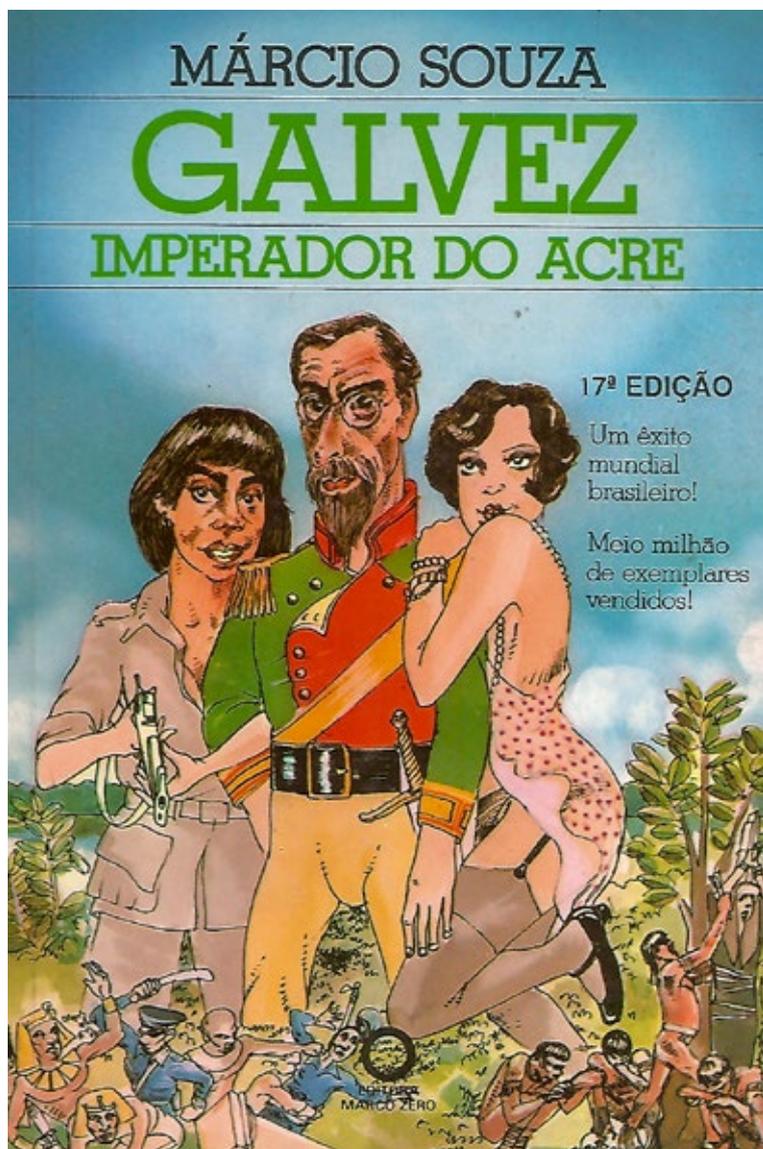
Capa de Chico Caruso, tradução de Estela Santos Abreu e Maria Wanda Maul de Andrade, 1983



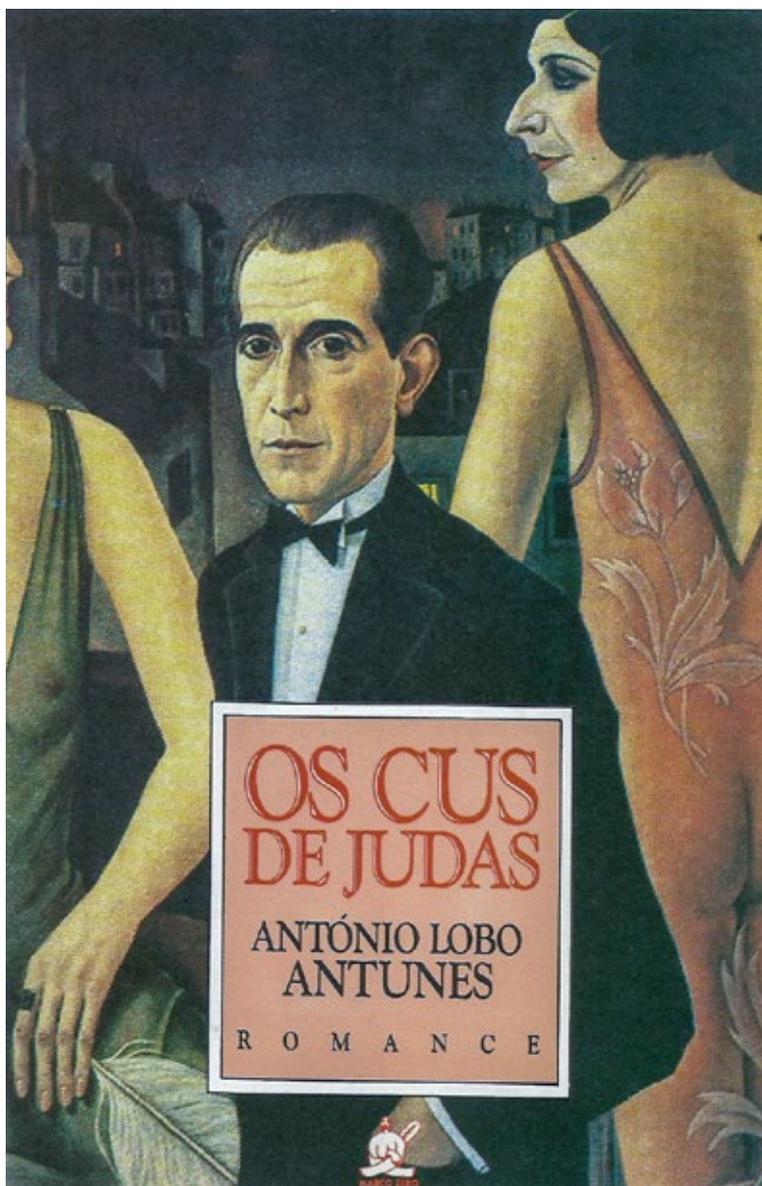
Capa de Paulo Caruso, tradução de Daniel Aarão Reis, 1984



Capa de Leda Catunda, tradução de Maria José Silveira, 1990



Capa de Paulo Caruso, 1976



Capa de Rubem Grilo, 1984



Os editores, Bienal do Livro, 1984

FELIPE JOSÉ LINDOSO é graduado em antropologia pela Universidad Nacional Mayor de San Marcos (Peru) e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em antropologia Social da UFRJ (Museu Nacional). É jornalista, foi sócio fundador e diretor da editora Marco Zero, de 1980 a 1998. Tem publicados artigos, ensaios e livros, entre os quais *O Brasil pode ser um país de leitores?* (Summus, 2004). É autor do capítulo sobre o Brasil de *História de las empresas editoriales de América Latina, siglo XX*, organizado por Juan Gustavo Cobo Borda (Cerlalc, 2000). Em conjunto com Rodrigo Montoya e Maria José Silveira, publicou *Producción parcelaria y universo ideológico: el caso de Puquio* (Lima, Mosca Azul, 1979). Escreveu análises para as publicações da série Retratos da leitura no Brasil (2008 e 2012). Foi assessor da Câmara Brasileira do Livro, ocupando diferentes cargos, e consultor do Centro Regional do Livro para América Latina e Caribe, da Unesco. Mantém o blog www.oxidoproblema.com.br, no qual analisa questões do mercado editorial brasileiro e internacional.